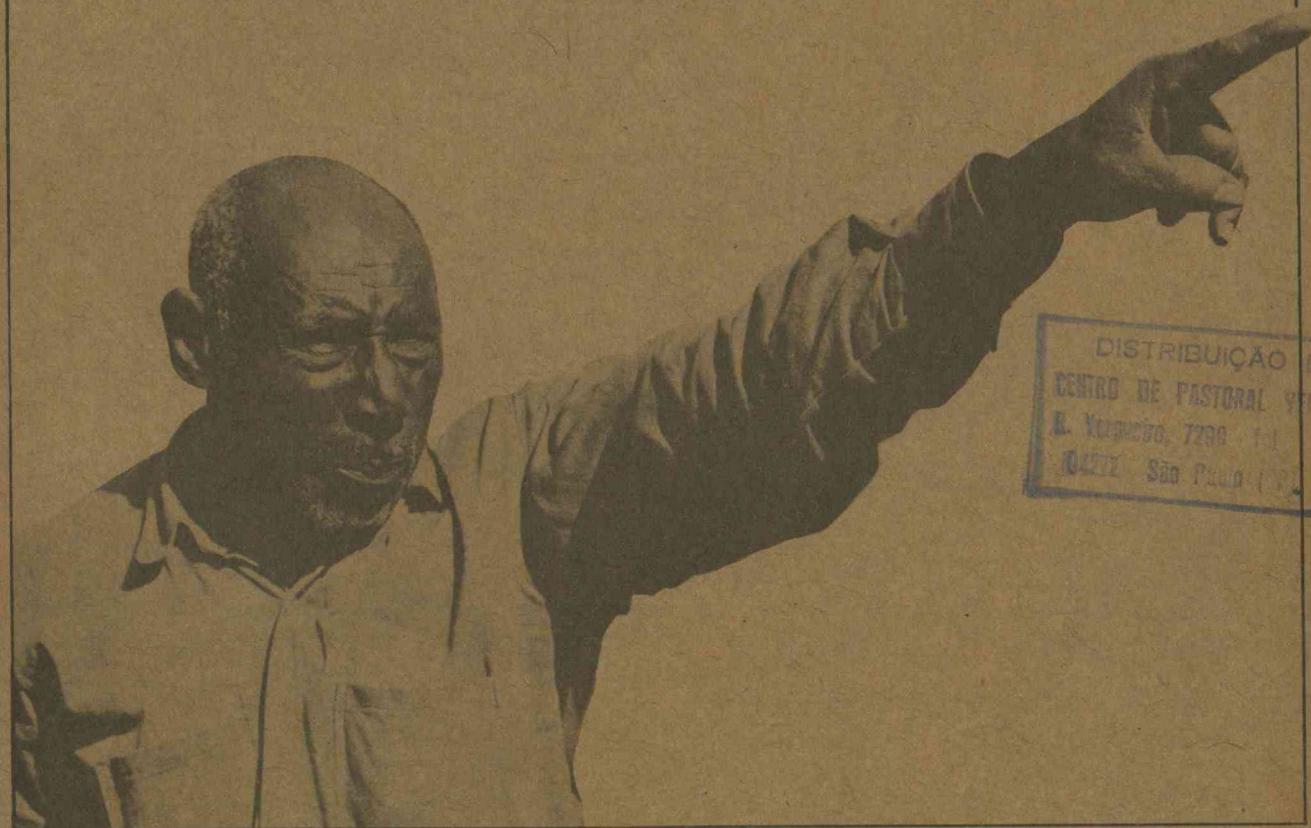


**POR UMA
IGREJA
SOLIDÁRIA
COM
OS POBRES**



DISTRIBUIÇÃO DO
CENTRO DE PASTORAL VER
R. Yaguajay, 7299 - 111
04272 - São Paulo (SP)

A dramática situação de injustiça em que vivem milhões de pessoas é um dos maiores escândalos nos dias atuais. Há, entretanto, significativos sinais de esperanças que florescem nessa angustiante realidade.

A crescente consciência política de grupos populares é um desses sinais. Outro é a posição corajosa que tantas igrejas têm assumido ao lado dos pobres e de suas lutas. Assumir estas posições implica em riscos que a Igreja tem assumido conscientemente. O testemunho sacrificial dessas igrejas é, por um lado, resultante de uma releitura que o Espírito está levando os cristãos a fazerem do Evangelho e de toda a Bíblia.

Por outro, o engajamento nas lutas concretas dos pobres e uma interpretação mais totalizante da realidade social também possibilitaram não só uma tomada de consciência das injustiças, mas atitudes corajosas de solidariedade com os oprimidos.

O importante documento que estamos publicando é uma consequência de tais fatos. Trata-se de um texto aprovado pela Comissão de Participação das Igrejas no Desenvolvimento do Conselho Mundial de Igrejas (1).

Ele é um resultado de um longo programa de ação e estudos desenvolvido como resposta ao apelo de muitos países do mundo. Não se trata de uma simples declaração formal. É coerente com uma prática concreta de muitos cristãos em todos os continentes.

A temática do documento é, por si mesma ecumênica. A luta dos cristãos pela justiça não é compromisso exclusivo de nenhum grupo mas uma questão de fidelidade ao Evangelho de Jesus Cristo. Esperamos, portanto, que a divulgação, o estudo e a discussão deste documento possam animar a luta pela construção de uma Igreja verdadeiramente solidária com os pobres e se constitua numa contribuição ao processo de formação de um novo projeto histórico, mais coerente com o Evangelho, baseado na Justiça e na Igualdade.

CEDI

Centro Ecumênico de Documentação e Informação



(1) O CMI congrega 300 igrejas de cerca de 100 países. Inclui a totalidade das Igrejas Ortodoxas, todas as Províncias Anglicanas, a vasta maioria das Igrejas Luteranas, Reformadas, Presbiterianas, Metodistas e algumas das maiores Igrejas Batistas. Conta ainda com as Igrejas Congregacionais, algumas Pentecostais, Moravianos e Velhos Católicos, o Exército da Salvação e as Igrejas Unidas de alguns países.

POR UMA IGREJA SOLIDÁRIA COM OS POBRES

A pobreza atrai privações e miséria que desumanizam progressivamente. Ser rico não é o que pode acontecer de melhor a alguém, mas ser pobre pode ser, por vezes, o maior mal!

1. Na 5ª Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas (Nairóbi, 20 de novembro a 10 de dezembro, 1975), segundo o relatório da Unidade "Justiça e Serviço", parte II, sobre Desenvolvimento e Justiça, foi afirmado o seguinte: "O processo de desenvolvimento deve ser interpretado como sendo um processo de libertação, cujo fim é a justiça, o desenvolvimento autônomo (1) e o crescimento econômico. É fundamentalmente uma luta do povo, na qual os pobres e os oprimidos são e devem ser os principais agentes e os beneficiários imediatos. Visto nesta perspectiva, o dever das Igrejas e do CMI é apoiar essa luta dos pobres e dos oprimidos para que possam alcançar justiça e o desenvolvimento autônomo." Isto teve como resultado a seguinte decisão da Comissão de Participação das Igrejas no Desenvolvimento (CPID), imediatamente após a Assembléia de Nairóbi: "O alvo principal do trabalho ecumênico sobre desenvolvimento deve ser ajudar as Igrejas e os membros a manifestarem através de sua perspectiva teológica, dos seus estilos de vida e estruturas organizativas, sua solidariedade com a luta dos pobres e dos oprimidos."

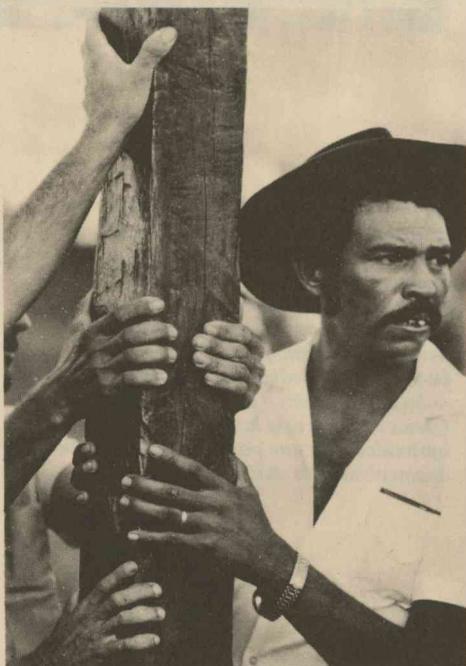
2. Uma decisão como esta, significa em primeiro lugar, que as Igrejas mantenham uma estreita relação com os setores mais pobres da sociedade. Embora existam casos em que os pobres estejam presentes nas igrejas, em geral eles não sentem que as instituições eclesiais os representam autenticamente, nem à sua situação. Muitas igrejas e grupos cristãos estão ficando cada vez mais conscientes da rutura que por vezes existiu entre a Igreja e os pobres, durante os últimos séculos. No entanto os seus esforços para vencer esta situação têm sido muito importantes. Estão aprendendo, através de uma participação ativa, que não é bastante ser uma "Igreja para os pobres", mas que as Igrejas foram chamadas pelo Espírito de Deus para serem uma "Igreja com os pobres".



"O processo de desenvolvimento deve ser interpretado como sendo um processo de libertação, cujo fim é a justiça, o desenvolvimento autônomo e o crescimento econômico. É fundamentalmente uma luta do povo, na qual os pobres e os oprimidos são e devem ser os principais agentes e os beneficiários imediatos. Visto nesta perspectiva, o dever das igrejas e do Conselho Mundial de Igrejas é apoiar esta luta dos pobres e dos oprimidos para que possam alcançar justiça e o desenvolvimento autônomo."

(1) "Self-reliance" em inglês

Este processo tem mostrado como é de importância vital para as Igrejas tornarem-se uma Igreja Solidária com os pobres, participando no trabalho em favor da justiça e desenvolvimento, e, por consequência, lutando contra as causas que desde a sua raiz dão origem à pobreza.



3. Em seguida a CPID iniciou um processo de ação e reflexão com grupos que lhe estão relacionados. Este processo tem mostrado como é de importância vital para as Igrejas tornarem-se uma Igreja Solidária com os pobres, participando no trabalho em favor da justiça e desenvolvimento, e, por consequência, lutando contra as causas que desde a sua raiz dão origem à pobreza. Como um primeiro passo neste processo de ação e reflexão, efetuaram-se estudos sobre as relações existentes entre as igrejas e os pobres, nos diferentes períodos da história da Igreja. Como resultado destes estudos, foram publicados dois volumes: *A Boa Nova para os Pobres* (mostrando como as comunidades cristãs responderam ao desafio lançado pelos pobres durante os primeiros cinco séculos da história do Cristianismo e da remota Idade Média) e *Separação sem Esperança?* (focando as relações entre as Igrejas e os setores mais desfavorecidos de diferentes sociedades durante a expansão colonialista ocidental e a Revolução Industrial). Estes dois livros foram publicados como preparação para uma reunião em Ayia Napa, Chipre (setembro de 1978), onde participantes de diferentes partes do mundo, representando diferentes grupos filiados à CPID, se empenharam na reflexão ecumênica sobre as atuais relações entre as igrejas e os pobres. O seu trabalho foi apresentado num terceiro volume, na continuação desta série, intitulado *Em direção a uma Igreja dos Pobres* em inglês.

4. Baseados neste trabalho, que combina ação com a reflexão e, incluindo pesquisas acerca da atual participação das igrejas, nós submetemos agora este documento ao Comitê Central do Conselho Mundial de Igrejas. É uma tentativa para chamar a atenção, em *primeiro lugar*, para a situação dos pobres na Igreja e na sociedade e para os mecanismos que originaram e dão continuidade à pobreza; *em segundo*, para as lutas dos pobres e suas finalidades; *em terceiro*, para a resposta das igrejas ao desafio manifestado na situação crítica dos pobres; e *finalmente*, algumas propostas, de modo que a futura participação das igrejas no desenvolvimento se manifeste através da participação na luta dos pobres. O que se segue é baseado na renovação e no dinamismo experimentados por algumas igrejas em muitas partes do mundo, através da sua atitude solidária com os pobres. Este documento foi elaborado tendo como base as suas experiências.

I. A CRÍTICA SITUAÇÃO DOS POBRES

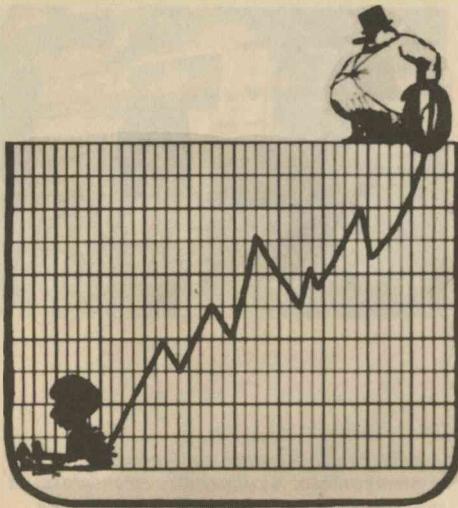
5. Não é a mesma coisa ser-se pobre na Índia ou na Europa, no Brasil ou nos Estados Unidos da América, na Etiópia ou no Canadá, nas Caraíbas ou na Austrália. Isto é, a pobreza não é idêntica em todos os países do mundo; há pobres que vivem em países desenvolvidos que podem ser considerados em muito melhor situação do que os pobres que vivem no mundo subdesenvolvido. Contudo, pode afirmar-se que: ser pobre é, não estar em condições para prover as necessidades básicas humanas tais como: alimentação, habitação, saúde, educação, trabalho e participação social. Neste sentido, tal como é referido freqüentemente na Bíblia, ser pobre é o mesmo que ser oprimido.

6. A pobreza não é apenas um fenômeno contemporâneo. As dimensões escandalosas da pobreza, contudo, aumentam à medida que alguns setores da comunidade mundial se tornam cada vez mais ricos. Deve-se ter presente que, apesar do desenvolvimento econômico mundial nos últimos trinta anos (incluindo mesmo os países subdesenvolvidos), somente um benefício escasso alcançou os pobres. Em muitas situações atuais o pobre obtém uma parte diminuta dos resultados do crescimento econômico. Quantitativamente falando, o número de pobres está aumentando na maior parte dos países da Ásia, da África, da América Latina e do Médio Oriente. Nem a pobreza foi totalmente eliminada na maior parte dos países ricos. Os dados estatísticos não esclarecem, porém, a dimensão humana do sofrimento de milhões de seres que vivem completamente marginalizados — com falta de alimentação apropriada, de habitação, de educação e de cuidados básicos de saúde. Sobretudo nos países subdesenvolvidos, o povo está cada vez mais privado dos meios materiais para satisfazer as necessidades básicas da sua existência.

7. Esta situação é um escândalo, ainda mais pungente, se levarmos em conta que hoje existem meios técnicos e científicos para a combater. O escândalo torna-se ainda maior, quando é certo que a pobreza está aumentando, cada vez mais, ao mesmo tempo em que uma minoria rica goza de todo o conforto e vive no luxo e na abundância, como resultado da concentração da riqueza depois da Revolução Industrial. Este desequilíbrio existente entre ricos e pobres, revela uma injustiça que deve ser combatida. O grande abismo que existe entre os "que têm" e os "que não têm", deve acabar na nossa sociedade, tanto a nível nacional como a nível internacional.



A pobreza não é apenas um fenômeno contemporâneo. As dimensões escandalosas da pobreza, contudo, aumentam à medida que alguns setores da comunidade mundial se tornam cada vez mais ricos. Deve-se ter presente que, apesar do desenvolvimento econômico mundial nos últimos trinta anos (incluindo mesmo os países subdesenvolvidos), somente um benefício escasso alcançou os pobres.



O sofrimento dos pobres é uma consequência da violência estrutural, que os leva muitas vezes a reagir também violentamente. Esta situação miserável dos pobres é uma prova de que a vontade de Deus está sendo ultrajada. Como é sabido, Deus criou o ser humano à sua imagem e semelhança, fazendo sobressair a vida humana como o centro da criação. Enquanto os pobres estiverem vivendo nas condições descritas, é evidente que a vontade de Deus não está sendo cumprida.

8. Os recursos mundiais e o crescimento econômico estão controlados por uma combinação de mecanismos sociais, econômicos, políticos e culturais, os quais estão sendo manipulados por alguns setores todo-poderosos da sociedade para seu próprio proveito. O resultado deste processo é o empobrecimento de milhões de pessoas. Foi o amor ao lucro e ao ganho econômico que conduziu poderosas nações, armadas com os recursos da tecnologia, a subjugar militarmente outras nações e povos, ricos em recursos e cultura. Apesar desse período ter sido ultrapassado, verifica-se atualmente a existência de um processo muito similar: a ambição do lucro continua ainda a manifestar-se através de forças econômicas e políticas que oprimem os fracos. A acumulação de riquezas está estruturada no sistema capitalista, porém os agentes e estruturas mais evidentes do seu funcionamento global são as empresas multinacionais e o neocolonialismo. As estruturas do neocolonialismo e das empresas multinacionais pretendem ajudar a resolver os problemas dos pobres, mas elas aparecem para explorar os recursos da terra e usar mão-de-obra barata, sem resolver o problema do desemprego, e para empobrecer o meio ambiente natural, enquanto ignoram a necessidade de uma distribuição equitativa dos lucros entre todos os setores sociais.

9. Os resultados daí provenientes são o aumento da fome, da carência de cuidados médicos básicos e o conseqüente aumento de doenças, a continuação do analfabetismo entre o povo, e a existência dos bairros marginais superpovoados na periferia das cidades. A emigração proveniente das áreas rurais para tais bairros marginais é um problema típico, embora infelizmente não seja recente. Indivíduos de poucos recursos são forçados a deixar os seus lugares de origem, e ir à procura de uma vida melhor nos centros urbanos. A miséria é visível nos bairros marginais que crescem rapidamente, tanto nos países ricos como nos países pobres. Estes são apenas exemplos da degradação da qualidade de vida dos pobres, os quais constituem a grande maioria da população mundial. O sofrimento dos pobres é uma consequência da violência estrutural, que os leva muitas vezes a reagir também violentamente. Esta situação miserável dos pobres é uma prova de que a vontade de Deus está sendo ultrajada. Como é sabido, Deus criou o ser humano à sua imagem e semelhança, fazendo sobressair a vida humana como o centro da criação. Enquanto os pobres estiverem vivendo nas condições descritas, é evidente que a vontade de Deus não está sendo cumprida.

10. Esta situação exige atenção imediata, decisões sábias, ação urgente e soluções radicais. A situação indigna em que os pobres se encontram requer mais do que simples respostas para a solução de tais problemas. As suas causas devem ser trazidas à luz, para poderem combater as raízes desses males. Devemos estar conscientes de que não basta descrever a situação. Se queremos que as coisas se modifiquem, então os males devem ser atacados na sua própria origem.

11. Os mecanismos predominantes que deram origem à pobreza e que a mantêm, aparecem como parte do atual processo histórico. Muitos desenvolveram-se durante os últimos quatro ou cinco séculos, especialmente durante o período da expansão colonial ocidental e, particularmente, durante a Revolução Industrial.

Este processo de dominação desenvolveu-se à medida em que se foi impondo progressivamente uma estrutura particular a todos os seres humanos e às suas relações em todas as partes. Dentro desta estrutura sócio-econômica aqueles que detêm e controlam o poder criaram um novo relacionamento entre as pessoas e até mesmo entre a humanidade e a natureza, com o fim de se apropriarem dos excedentes econômicos e das riquezas, em prejuízo dos desprovidos de poder: os pobres. Este tipo de estrutura tem como objetivo a acumulação privada dos bens e das riquezas.

12. No princípio esta estrutura se apresentou em nome da liberdade. Contudo, esta liberdade não era a de todos os seres humanos, mas sim a liberdade para a indústria e para o comércio. Esta é uma forma de liberdade que nos dias de hoje, mais do que em qualquer outra época, continua a determinar os modelos de dominação. Fala-se por exemplo, de liberdade de preços, liberdade de comércio, liberdade de iniciativa. É como se a liberdade humana tivesse de ser vista em termos idênticos a esta liberdade de mercado. Quanto mais estas leis do mercado livre progrediram, mais estas leis passaram a ser consideradas como normas de liberdade. O reino da liberdade tornou-se o reino do mercado livre e os mecanismos reguladores deste mercado passaram a ser o imperativo supremo.

13. Todo um sistema de leis de mercado se tem desenvolvido. Quando todos forem subjugados por estas estruturas então a igualdade e a eqüidade estarão perdidas. Alguns se beneficiam com este sistema, outros pagam por ele. Esta diferenciação está relacionada com a evolução de relações assimétricas de domínio e de dependência. No desenvolvimento do processo, a opressão tornou-se cada vez mais anônima e impessoal: *nenhuma relação pessoal* de domínio existe entre aqueles que detêm o poder e aqueles que lhes estão sujeitos.

14. Os mecanismos de controle do mercado, foram produzidos por aqueles que receberam os maiores benefícios do livre funcionamento das relações de mercado; as leis do mercado proporcionaram-lhes, por conseguinte, a perpetuação do seu funcionamento. Aqueles que não possuíam o capital necessário para participarem nos mecanismos deste mercado, tornaram-se dependentes dos dominadores. Assim a dependência passou a ser e continua a ser ainda, um fenômeno de estrutura. Tal dependência desenvolveu-se dentro duma estrutura internacional que permitiu que certas pessoas, particularmente brancos, de determinadas classes sociais e regiões do mundo onde a acumulação estava tendo lugar, se tornassem grupos dominantes, enquanto pessoas de outras raças, de outras classes e de outras regiões, passaram a ser dominados.



Assim a dependência passou a ser, e continua a ser ainda, um fenômeno de estrutura. Tal dependência desenvolveu-se dentro duma estrutura internacional que permitiu que certas pessoas, particularmente brancos, de determinadas classes sociais e regiões do mundo, onde a acumulação estava tendo lugar, se tornassem grupos dominantes, enquanto pessoas de outras raças, de outras classes e de outras regiões, passaram a ser dominados.



Os economicamente poderosos determinam as prioridades das áreas de crescimento econômico e os bens necessários para satisfazer as necessidades básicas dos setores mais pobres da população não dão potencialmente um grande lucro, merecendo por isso, pouco interesse. A participação dos pobres na economia está limitada apenas à compra de alguns poucos gêneros de consumo.

15. Durante as décadas mais recentes, verificou-se uma importante mudança nestas estruturas que dominavam tudo. A liberdade do capital passou a estar relacionada com a posse da tecnologia, tornando assim possível nos nossos dias, o aparecimento do capital multinacional. O desenvolvimento econômico dos países mais pobres pode ser agora controlado por meio da exportação de tecnologia pela qual os países fornecedores fazem os outros depender do capital multinacional. A exportação de tecnologia não funciona como uma resposta para as necessidades desses povos, mas tenta obter o maior lucro possível. O capital multinacional está agora obtendo lucros a um nível internacional. Por outro lado, as nações que dependem dessa tecnologia, nações compostas na sua maioria de gente pobre, estão competindo entre si de modo a atrair o capital estrangeiro. Para que tal se verifique devem criar condições que sirvam de chamariz a esse capital estrangeiro, tais como: salários baixos, desemprego em larga escala; devem ser fortes e capazes de suprimir qualquer tentativa da parte dos pobres, quando estes quiserem afirmar as suas reivindicações econômicas e sociais. Contudo, os processos resultantes de tal modernização mostram que a cultura e muitos outros direitos desses povos estão sendo violados. Os resultados da modernização nem sempre querem dizer que a pobreza foi banida. De fato, para muitos pobres a modernização significou apenas que ficaram mais oprimidos e dependentes.

16. Os economicamente poderosos determinam as prioridades das áreas de crescimento econômico, e os bens necessários para satisfazer as necessidades básicas dos setores mais pobres da população não dão potencialmente um grande lucro, merecendo por isso, pouco interesse. A participação dos pobres na economia está limitada apenas à compra de alguns poucos gêneros de consumo. À medida que este processo avança, maior é a distância entre os grupos de elevado lucro e os de baixo rendimento, a não ser que sejam criados meios para redistribuir a renda em benefício dos pobres. Paralelamente a este rápido aumento na disparidade de rendas tem-se verificado um fenômeno ainda mais nefasto. Dado o avanço tecnológico dos países já industrializados, é muito difícil o estabelecimento de novas indústrias nos países pobres para poderem competir com as indústrias estabelecidas nos países tecnologicamente avançados. E se isso acontece, é até certo ponto sob a orientação do capital multinacional; e, prova disto, é o fato das administrações serem progressivamente multinacionais. Geralmente as companhias multinacionais investem na tecnologia avançada, o que faz com que o processo de industrialização não ajude a resolver o problema do desemprego.

17. Uma das conseqüências desta situação é o aumento da marginalização dos pobres. Os mecanismos sociais, econômicos, políticos e culturais predominantes, geram situações onde os pobres são vítimas das injustiças institucionais, tanto a nível internacional como a nível nacional. Isto é, o crescimento econômico existe, mas os seus frutos são desigualmente distribuídos. A satisfação das necessidades básicas dos pobres é adiada como uma prioridade mínima. Esta marginalização exclui os povos na tomada de uma decisão que diz respeito às suas próprias vidas. Do mesmo modo que o subdesenvolvimento de muitos contribui para o desenvolvimento de alguns, é possível afirmar que os pobres subsidiam os ricos e que a sua marginalização os impede de serem uma ameaça ou de constituírem um desafio à posição dos privilegiados e poderosos.

18. Isto está claramente demonstrado pelo aumento de regimes ditatoriais nos países onde os pobres constituem a maioria da população. Em muitos casos, com algumas exceções, os governos repressores tentam controlar os pobres que desejam mudar as suas condições de vida. A repressão é utilizada para impedir que os pobres atuem contra as forças que os oprimem nesse contexto, em que se deve analisar a reformulação em alguns países, quer ricos, quer pobres, da doutrina da segurança nacional, orientada para a segurança de um dado sistema sócio-econômico-político e não para a segurança do povo (incluindo a segurança dos pobres, a qual deve compreender a possibilidade de gozarem uma vida humana decente). Sobre a base de estruturas estatais autoritárias se está desenvolvendo um sistema de opressão que utiliza os pobres e necessita da pobreza da maioria para sobreviver. O resultado freqüente é a militarização da sociedade. Os pobres, então, ficam sujeitos ao controle dos que estão no poder e são manipulados por interesses que lucram com as diferenças sociais e com a injustiça econômica.

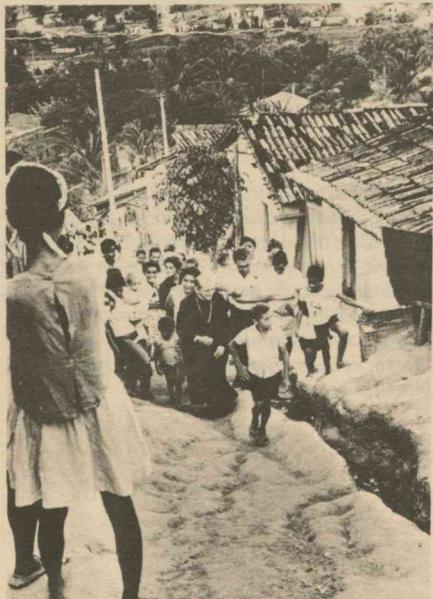
19. A Igreja de Jesus Cristo é um sinal da nova humanidade que Deus quer criar através da redenção e renovação espiritual. Neste sentido há um elemento transcendente na realidade da Igreja. Não obstante, temos que reconhecer que a marginalização dos pobres se verifica muitas vezes na vida das instituições religiosas. Embora seja verdade que as igrejas têm sido historicamente um lugar onde os pobres se sentem como em casa, é também possível dizer-se que muitas estruturas eclesiásticas refletem ou tendem a reproduzir as estruturas das sociedades às quais pertencem, incluindo as desigualdades sociais e, em alguns casos, a marginalização de grupos oprimidos. Algumas destas estruturas foram transplantadas de nações colonialistas e impostas aos povos subjugados. Muitas destas estruturas ainda refletem padrões hierárquicos e autoritários. Outras estão principalmente abertas a grupos que gozam de prestígio social; tais estruturas refletem o ponto de vista da *pequena burguesia*, com valores éticos que pertencem à camada média da sociedade. Muitas estruturas administrativas das instituições eclesiásticas não permitem, na realidade, a participação e a presença significativa dos pobres que procuram dar uma forma concreta às suas perspectivas religiosas.



Sobre a base de estruturas estatais autoritárias se está desenvolvendo um sistema de opressão que utiliza os pobres e necessita da pobreza da maioria para sobreviver. O resultado freqüente é a militarização da sociedade. Os pobres, então, ficam sujeitos ao controle dos que estão no poder e são manipulados por interesses que lucram com as diferenças sociais e com a injustiça econômica.



O escândalo provocado pela pobreza nos dias de hoje é portanto um desafio às igrejas em todos os níveis da vida da igreja. Desafia as igrejas a responderem com decisões concretas. As igrejas devem expressar claramente o seu arrependimento pela maneira como têm encarado a situação dos pobres, mesmo no interior delas próprias.



O escândalo provocado pela pobreza nos dias de hoje é portanto um desafio às igrejas em todos os níveis da vida da Igreja. Desafia as igrejas a responderem com decisões concretas. As igrejas devem expressar claramente o seu arrependimento pela maneira como têm encarado a situação dos pobres, mesmo no interior delas próprias. Elas têm que assumir um compromisso com os pobres, o que implica um envolvimento nas lutas dos pobres por uma sociedade justa, participante e não dependente. Ao fazerem assim, as igrejas deverão tomar positivamente em consideração os valores e as tradições dos setores populares da sociedade, e estar receptivas às manifestações da religiosidade popular. A contribuição da piedade popular para o desenvolvimento das instituições cristãs — um elemento da história das igrejas — pode uma vez mais tornar-se um fator criativo. Deste modo, as igrejas poderão ser um testemunho do que significa dar prioridade aos pobres. Esta ênfase posta nos setores mais pobres da sociedade está ausente, freqüentemente, nos programas de desenvolvimento e outras estratégias sócio-econômicas ligadas ao crescimento econômico, não importando o custo social.

20. A comunidade dos crentes em Jesus Cristo, sabe que, como povo de Deus, eles são um povo peregrino. São um povo em movimento. Eles têm de o ser. Este movimento tem um significado, uma orientação: aponta para o amor entre os seres humanos e para a justiça no mundo, como sinais de uma realidade transcendente, já presente na história: o Reino de Deus. Os pobres serão abençoados, pois deles é o Reino de Deus. Mas enquanto o povo de Deus atua, embora hesitante, contra a injustiça, o grito dos pobres e dos miseráveis do nosso mundo, está aumentando num crescendo que soa assustadoramente aos ouvidos dos ricos e dos poderosos. As igrejas estão sendo desafiadas pelos clamores dos pobres; e são chamadas a responder a esse desafio. A resposta a dar não deve ser segundo os padrões sócio-econômicos e políticos predominantes, mas sim tentando ser um sinal da nova humanidade que Deus está criando através de Jesus Cristo, onde "não há diferença entre judeus e não-judeus, entre escravos e pessoas livres, entre homens e mulheres" (Gl 3.28). Isto pressupõe dar aos pobres a máxima prioridade, às suas esperanças e às suas lutas, de modo a vencer a injustiça e a eliminar a pobreza.

II. A LUTA DOS POBRES

21. Em épocas diferentes os pobres têm sido um fator decisivo nas transformações históricas: os seus sofrimentos, os seus sacrifícios, a sua prontidão em pagar o preço da justiça e da liberdade humana, tornaram possíveis muitas das conquistas sociais que alguns gozam presentemente. A Bíblia recorda-nos esta força histórica dos pobres e dos oprimidos, como, por exemplo, a libertação de Israel do poder do faraós do Egito, ou a libertação do cativo da Babilônia. É como se esta força histórica dos pobres estivesse relacionada com a mão direita de Deus, fazendo justiça no decurso da história. Isto é, parece necessário ser-se receptivo ao modo como os pobres e oprimidos lutam pela justiça e libertação e como eles operam as mudanças a favor de uma sociedade melhor.

22. E como é feita esta luta dos pobres contra a pobreza e a opressão? Em alguns casos é uma luta serena, silenciosa, mas contínua e persistente. Noutros casos é violenta e cheia de ódio. Ainda noutros casos desenvolve-se por caminhos não violentos. Por vezes é como que uma tentativa de ganhar espaço de modo a poderem atuar com mais força. Mas outras vezes é uma luta apenas para não se perder o que foi anteriormente conquistado. Por vezes surge como uma luta espontânea, enquanto que noutros casos surge como uma luta altamente organizada. Em resumo, as lutas dos pobres são uma manifestação do caráter polivalente da história; e mostram as diversas formas dessa luta em busca de maior justiça, liberdade e participação.

23. Dentre as suas variadas formas, devem tomar-se em consideração, pelo menos três aspectos.

O primeiro aspecto a considerar é a *formação de consciência* entre os pobres. Eles devem identificar as causas reais que provocam as necessidades que sofrem e tornarem-se conscientes do seu potencial para criarem as condições necessárias para uma mudança, cujo fim é alcançar justiça. A mudança alcançada não satisfaz, por vezes, as expectativas dos pobres; não obstante, eles vão progredindo, com maior ou menor rapidez, na sua tentativa para eliminar a pobreza. Para poderem atingir este alvo, é necessário, porém, que os pobres se tornem conscientes de quem são, o que querem, e como o podem alcançar (se não totalmente, pelo menos em parte), de quando devem avançar, do lugar onde devem atuar, e com quem podem contar. Estas questões vão sendo respondidas pelos pobres à medida em que se vão libertando do cativeiro cultural que lhes é imposto pelos dominadores. É principalmente através da ação, que os oprimidos descobrem a sua força para a luta, em busca de justiça e libertação. Os pobres devem tornar-se os protagonistas da luta contra a pobreza, caso contrário não terão possibilidades verdadeiras de mudar a sua situação.



É principalmente através da ação, que os oprimidos descobrem a sua força para a luta, em busca de justiça e libertação. Os pobres devem tornar-se os protagonistas da luta contra a pobreza, caso contrário não terão possibilidades verdadeiras de mudar a sua situação.

24. Em muitos setores da sociedade têm sido feitas tentativas, e continuam a fazer-se ainda (a nível de indivíduos e de grupos; de governos, igrejas e instituições de beneficência, etc.), para atenuar ou eliminar a pobreza. Infelizmente muitas dessas tentativas falharam pelo simples fato de que os esforços foram orientados num trabalho "para os pobres" em vez de ser "com os pobres", e geralmente sem atacar diretamente as forças opressoras que são a causa da pobreza. Para que se alcance verdadeira libertação e justiça entre os homens, isso terá que ser necessariamente o resultado da luta dos pobres. E para que a sua luta seja eficaz, é preciso que tenham consciência dela. Mas tal consciência é também necessária para aqueles que queiram expressar a sua solidariedade com a causa dos pobres: eles devem apreender aquilo que os pobres estão procurando e como o pretendem alcançar, de modo a que a sua solidariedade esteja em consonância com as aspirações dos pobres, e não seja — como é por vezes o caso — uma nova carga sobre os ombros dos oprimidos.

Na formação desta consciência, os métodos de educação popular desempenham um papel fundamental. O que importa é fazer sobressair os valores, as tradições e os pontos de vista dos pobres, em vez de sublinhar a perspectiva dos opressores.



25. Na formação desta consciência, os métodos de educação popular desempenham um papel fundamental. O que importa é fazer sobressair os valores, as tradições e os pontos de vista dos pobres, em vez de sublinhar a perspectiva dos opressores. Os pobres devem saber redescobrir os seus valores e tradições e confirmá-los por meio da ação. A importância de elementos tais como crenças e convicções tradicionais dos povos, não deve ser negligenciada nos processos de formação desta consciência. Eles revelam grandes potencialidades na luta dos pobres para atingirem os seus alvos.

26. O segundo aspecto é a *resistência* à injustiça, à opressão e à marginalização. Existem situações em que os povos não podem mais suportar as condições da sua existência. Alguns deles manifestam-se abertamente contra as causas da desigualdade e falta de liberdade. Fazendo assim, tornam-se um exemplo para outros que estão nas mesmas condições, levando-os a atuar do mesmo modo. Porém, aqueles que combatem as forças da opressão têm que pagar, muitas vezes, com a vida, os seus atos. Outros, talvez atuando mais cautelosamente, resistem de modo a sobreviver. A atuação destes últimos não tem a mesma intensidade que a dos primeiros. Contudo, por meio de atuações deste tipo, a resistência dos povos torna-se um dos principais fatores para refrear a ação dos poderes opressores. Note-se que a resistência entre povos pobres, como por exemplo, os índios americanos (quer do Norte quer do Sul) ou os aborígenes australianos, vem-se verificando desde há muito tempo. Todavia, eles não desistem. A persistência dos pobres, ao resistirem à intolerância imposta pelas forças dominadoras, é a semente a partir da qual poderão germinar formas de luta mais especializadas. É uma relação desigual de forças: os dominadores são fortes, os pobres são fracos. Mas a força interior dos pobres provém das suas aspirações por justiça e libertação.

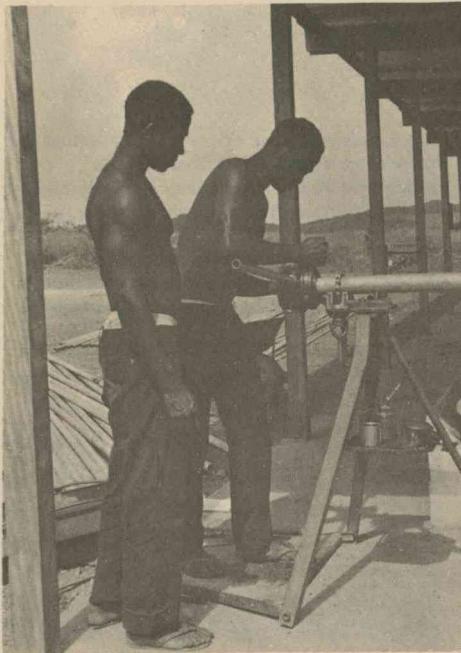
27. O *terceiro* aspecto que deve ser considerado é a necessidade de organização. A luta dos pobres surge muitas vezes espontaneamente, como uma reação contra as condições de vida e deve ser compreendida, apesar da sua falta de definição e de precisão, como um elemento positivo na história da humanidade. Muito mais positiva e eficaz é a luta organizada dos pobres, a qual indica uma perfeita consciência da sua força social. A organização é o elo existente entre os alvos e a execução, entre a teoria e a prática. É o elemento dinâmico que mantém a relação entre aquilo que os povos pretendem alcançar, e o como, o quando e o onde, para poderem avançar em direção a tais alvos.

28. Para uma boa organização são necessários dois elementos. Por um lado, é preciso criar uma organização para lutar pela libertação e pela justiça tendo como base a conscientização dos pobres. Isto requer a capacidade de planificar, a prontidão em atuar, e uma análise crítica permanente da ação, de modo a avaliar se as diferentes estratégias empreendidas estão fazendo os pobres avançar na sua luta. Se não, por quê? O que é que está certo, e o que é que está errado? Está claro que uma organização deste tipo de ação envolve métodos de compromisso passivo e ativo. Por outro lado, há também necessidade de uma organização em prol da libertação e da participação, que implica um processo de libertação dos oprimidos para poderem participar em todos os aspectos da nova sociedade. Às vezes, as novas estruturas baseadas na sua participação nascem em um curto período; outras vezes, esta transformação consiste num processo mais longo, durante o qual o antigo opressor ainda mantém algum poder. Uma organização que tenha em vista a libertação e a participação a este nível, requer grande flexibilidade para usar todos os recursos disponíveis, de modo a manter continuidade na luta dos pobres. Se a organização cede, então o que foi ganho pode ser facilmente perdido. Note-se que este componente da organização dos pobres se torna mais forte quando é exercido por meio de instituições através das quais os pobres podem usar a sua força, mais do que através de movimentos não institucionalizados.

29. Como foi dito acima, a organização dos pobres deve estar relacionada com os fins da sua luta. Evidentemente não é possível descrever, neste documento, todos os métodos da luta contra a pobreza e a opressão. É contudo possível indicar quatro alvos que, de um modo ou de outro, os pobres estão tentando alcançar, através da sua atuação.

Muito mais positiva e eficaz é a luta organizada dos pobres, a qual indica uma perfeita consciência da sua força social. A organização é o elo existente entre os alvos e a execução, entre a teoria e a prática. É o elemento dinâmico que mantém a relação entre aquilo que os povos pretendem alcançar, e o como, o quando e o onde, para poderem avançar em direção a tais alvos.





Sem um desenvolvimento não dependente, os pobres são apanhados no círculo vicioso da pobreza e da dependência. Os pobres estão agora compreendendo que este círculo vicioso não pode ser quebrado pelo simples fato de receberem ajuda; mas dependem da mudança de estruturas sociais.

30. Em *primeiro lugar*, os pobres, uma vez conscientes da sua situação, reagem fortemente contra aquelas forças que impõem sobre eles mecanismos de comercialização pelos quais as mesmas se apropriam do excedente que provém do processo de produção social e econômica. Enquanto a "liberdade do mercado" significar a liberdade dessas forças, uma forte minoria terá sempre a parte de leão em prejuízo dos pobres e dos fracos. A nível internacional, a injustiça que existe nos atuais mecanismos de mercado é visível na deterioração das condições de intercâmbio, quase sempre contra o interesse dos produtores de matéria-prima (nos últimos anos, o petróleo — e até certo ponto o café — têm sido exceções). A nível nacional os consumidores em geral não têm qualquer hipótese de defesa pois as forças que orientam os mecanismos de "mercado livre", não estão debaixo de nenhum tipo de controle. Então, um dos principais objetivos da luta dos pobres é transformar os mecanismos que permitem o controle do mercado por forças que têm o poder e a capacidade de atuar livremente em prejuízo dos fracos. Isto implica, por um lado, a necessidade de limitar o consumo, dando a todos a possibilidade de satisfazerem as suas necessidades básicas. Esta racionalização requer um planejamento adequado e um controle de consumo, exercidos com a participação popular. Por outro lado, e a um nível mais profundo, também requer que a participação do povo seja efetuada a nível de planejamento e de produção, através de alguma forma de socialização (não necessariamente segundo um modelo que pretenda ser "universal", mas, pelo contrário, procurando dar ao povo a oportunidade, à qual ele tem direito, de decidir sobre a forma das instituições econômicas, sobre a propriedade social dos meios de produção, sobre os organismos de distribuição, etc.).

31. Em *segundo lugar*, um outro objetivo da luta dos pobres é o desenvolvimento não dependente (self-reliance) sem o qual a viabilidade econômica é impossível para um país ou para uma comunidade pobre. Sem um desenvolvimento não dependente, os pobres são apanhados no círculo vicioso da pobreza e da dependência. Os pobres estão agora compreendendo que este círculo vicioso não pode ser quebrado pelo simples fato de receberem ajuda; mas dependem da mudança de estruturas sociais. Isto significa deixar de lado os planos para a expansão econômica nacional que depende de estratégias atuais para o aumento do produto nacional bruto. Devem iniciar-se atividades econômicas, sociais e culturais, que, em primeiro lugar, satisfaçam as carências das camadas mais pobres da sociedade. Neste sentido, o desenvolvimento não dependente é uma filosofia dos pobres, dentro das nações e entre elas. A luta pelo desenvolvimento não dependente significa que tem que se realizar a diferentes níveis: independência nacional, tecnologia apropriada e crescimento que se mantém por si próprio. O desenvolvimento não dependente procura assegurar que o nível de produção do indivíduo esteja relacionado com o seu nível de consumo, o que pressupõe, por conseqüência, uma mudança drástica na atitude do consumidor, nas sociedades ricas ou no meio de setores sociais ricos. O processo de desenvolvimento não de-

pendente rejeita a aplicação da filosofia da sociedade de consumo às comunidades e aos países pobres. O objetivo é equacionar o andamento do crescimento material com as necessidades humanas atuais, e evitar a dilapidação irresponsável dos recursos do meio ambiente.

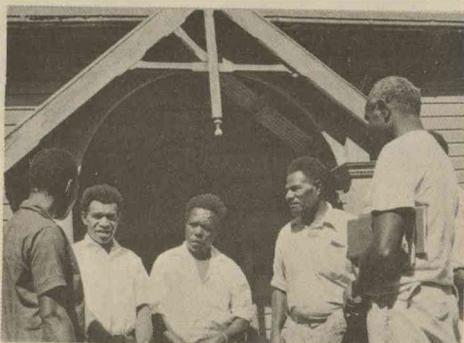
32. Em *terceiro lugar*, um outro objetivo da luta dos pobres é transformar as estruturas que dão origem às desigualdades sociais. Isto é, a justiça social aparece como uma reivindicação permanente dos pobres em qualquer parte do mundo. Isto pressupõe, por um lado, que os valores coletivos tornam-se muito mais importantes do que os valores individuais; os valores coletivos devem orientar o planejamento da produção e da distribuição da renda, e regular a formulação dos programas político-sociais e culturais. Por outro lado, a justiça social exige a criação de instituições apropriadas, orientadas para o bem-estar e segurança de todos, dando prioridade aos desfavorecidos. Somente quando esta ênfase na igualdade e no coletivo for aceita a nível de uma política nacional, será então possível promover internacionalmente a igualdade e a justiça, tal como é, por exemplo, o alvo da proposta "para um Novo Sistema Econômico Internacional", feita há alguns anos atrás, pela Assembléia Geral das Nações Unidas. A justiça social está presente nas lutas pela justiça racial, que envolve os negros na África do Sul, na Namíbia e no Zimbave; os índios americanos nos EUA, no Canadá, no Brasil, na Bolívia, na Guatemala; os aborígenes na Austrália, etc. A justiça social também faz parte da luta das mulheres – talvez as mais oprimidas de entre os pobres – para que sejam reconhecidos os seus direitos. Sem justiça social é impossível vencer a opressão e eliminar a pobreza.

33. Em *quarto lugar*, os pobres estão lutando pela sua participação total nos processos de tomada de decisão. Eles recusam-se a ser considerados como meros objetos das "políticas para os pobres", que foram e ainda estão sendo elaboradas sem a sua própria participação. Eles sabem, porém, que uma participação deste tipo pressupõe que todos os seres humanos, aptos para o trabalho, devem ter acesso a qualquer forma de ocupação. O desemprego cria a dependência e a marginalização, que reduzem drasticamente as possibilidades de uma participação ativa. Mas o emprego não ajuda somente a satisfazer as necessidades humanas básicas; cria também condições para os pobres unirem as suas forças às dos companheiros de trabalho, num esforço comum para criarem um espaço onde seja possível a sua participação na tomada de decisões a nível de comunidade, de sindicato ou de empresa. Não é por coincidência que as estruturas sociais mais participantes e o grau mais elevado de participação popular existem em países onde o desemprego praticamente desapareceu.



A justiça social também faz parte da luta das mulheres – talvez as mais oprimidas de entre os pobres – para que sejam reconhecidos os seus direitos. Sem justiça social é impossível vencer a opressão e eliminar a pobreza.





A luta dos pobres tem como fim a libertação humana, especialmente nos planos social, político e econômico da vida. Contudo, a libertação total, como é testemunhado na Bíblia, tem um caráter mais extensivo, pois também envolve liberdade espiritual.

34. A luta dos pobres está progredindo e seguindo linhas de orientação que aparecem em quase todas as situações. Uma é a procura e a redescoberta dos valores do povo que melhor exprimem as esperanças e as aspirações dos desfavorecidos. Estes não são os valores em termos de mercado, mas sim valores que exprimem a solidariedade e o apoio mútuo entre os povos. São valores que, de um ou de outro modo, tentam contribuir para a construção de uma sociedade onde não possam existir formas irracionais de dominação e situações de medo. Isto é, na luta dos pobres existe uma procura de valores para a construção de uma sociedade verdadeiramente humana, onde a comunhão fraternal entre as pessoas possa ser realmente praticada.

35. Uma outra linha para a orientação desta luta é a procura de uma nova ordem social onde não mais exista a opressão. A pobreza tem a sua origem, basicamente, nas situações de opressão. Para vencer as condições que originam a opressão, devem ser criadas novas instituições, as quais expressem as experiências das comunidades pobres na sua busca em direção a uma sociedade melhor. Estas instituições devem necessariamente substituir as que existem agora, assim como a acumulação de poder e de influência, que conduz a distinções sociais e à injustiça, deve ser substituída por maior igualdade e justiça.

36. Há também a procura de novos sistemas, em que os seres humanos querem saber, pela própria vivência e experiência, a nível de estruturas sócio-econômicas, o significado da libertação. Isto pode ser considerado uma utopia. Pelo contrário, qualquer insinuação de que a ordem mundial que existe atualmente é a realização mais completa a que a humanidade pode aspirar, é que será considerada "uma utopia" pelos pobres, pois eles "não têm lugar" em tal mundo.

37. A luta dos pobres tem como fim a libertação humana, especialmente nos planos social, político e econômico da vida. Contudo, a libertação total, como é testemunhado na Bíblia, tem um caráter mais extensivo, pois também envolve liberdade espiritual. É este um elemento especial com que as igrejas podem contribuir para a luta dos pobres, em solidariedade com eles, quando as igrejas são chamadas a participar na busca de uma sociedade justa baseada na participação popular e no desenvolvimento não dependente.

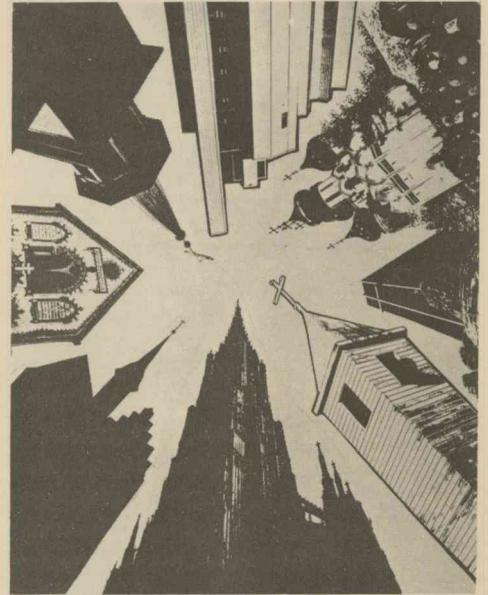
III. AS RESPOSTAS DAS IGREJAS AO DESAFIO DOS POBRES

Sinais de Esperança

38. Através da história do povo de Deus, existiram sempre homens e mulheres de fé, que participaram na luta dos pobres, compartilhando as suas esperanças, e profundamente empenhados na causa dos oprimidos. Foi este o caso de Moisés, o caso dos profetas do Velho Testamento, e também o dos primeiros cristãos e daqueles que nas igrejas cristãs, até aos dias de hoje, viveram a sua fé em solidariedade com os pobres. Eles fizeram assim, pelo fato de eles próprios serem pobres, ou pela opção que fizeram pelos pobres, ou por acreditarem que a justiça de Deus dá prioridade aos pobres (cf. Sl 72; Jr 22.13-17; Is 61; Lc 4.17-21; 6.20; etc.). Através desta opção eles manifestaram a sua obediência ao Deus vivo.

39. Para toda a humanidade, a existência verdadeira da Igreja de Jesus Cristo é o sinal mais claro de que as coisas não permanecerão para sempre como estão. Em presença das diferenças sociais existentes, permanece a afirmação bíblica de que em Jesus Cristo "não há diferença entre judeus e não-judeus, entre escravos e pessoas livres, entre homens e mulheres" (Gl 3.28). Na Igreja de Jesus Cristo, os pobres são engrandecidos, porque Deus fez-se pobre em Cristo, de modo a tornar-nos ricos a todos nós (2 Co 8.9).

40. Contudo, também se pode provar na História das Igrejas como as instituições eclesíásticas estiveram mais relacionadas com os governos e os poderes deste mundo, do que com todo o povo de Deus. Quando as entidades eclesíásticas fizeram uma aliança com os poderosos, os pobres deixaram de ser considerados os "herdeiros do Reino". Curiosamente, a pobreza foi então engrandecida como sendo um ideal, uma norma de vida. Porém, foi esquecido o exemplo dos pobres e necessitados, de que a Bíblia nos fala, cujas vidas estavam sendo oprimidas, e que, por isso mesmo, se voltaram para Deus, para que ele mudasse a sua situação e fizesse justiça. A pobreza como norma de vida pode conduzir ao esquecimento do mal cometido contra os fracos, da injustiça e da iniquidade nas relações humanas, tanto a nível pessoal como social. Contudo, a pobreza constitui para uma auto-análise do homem perante Deus, e conduz à solidariedade com o seu próximo, também pobre e oprimido. Aceitar-se uma situação de pobreza pode ser um dom do Espírito, com o intuito de oferecer um melhor serviço aos outros. Infelizmente, enquanto se permitiu uma reduzida prioridade aos pobres na participação da vida das igrejas, apesar desse tal ideal de pobreza, as instituições eclesíásticas tornaram-se, freqüentes vezes, parte dos sistemas opressores. Em tais casos, a comunidade cristã é chamada ao arrependimento.



Infelizmente, enquanto se permitiu uma reduzida prioridade aos pobres na participação da vida das igrejas, apesar desse tal ideal de pobreza, as instituições eclesíásticas tornaram-se, freqüentes vezes, parte dos sistemas opressores. Em tais casos, a comunidade cristã é chamada ao arrependimento.



Atualmente existem outros exemplos destes sinais de esperança, nas igrejas, onde está surgindo o arrependimento, a percepção das divisões humanas, dos fracassos, das atitudes exclusivistas, do conformismo com os padrões da sociedade, o que leva ao desejo de: uma comunidade mais ampla, e profunda amizade; uma identificação com os pobres e os oprimidos; buscar uma solução para o problema da fome; encontrar novos estilos de vida e compartilhar o sofrimento dos pobres.

41. Graças a Deus, a história também nos pode contar quantas comunidades cristãs e indivíduos ouviram o clamor dos pobres e colocaram as instituições da Igreja ao serviço dos desprotegidos. Foi esse o caso da primeira comunidade cristã em Jerusalém. Foi esse também o espírito de São Paulo quando exortou os cristãos primitivos a compartilharem o que possuíam usando o seu excedente para as necessidades dos outros (2 Co 8.13-14). Foi esse também o sentimento de muitos Padres e Santos da Igreja, ao longo da história. A solidariedade com os pobres tem sido sempre um sinal evangélico, um testemunho da justiça de Deus, por causa da prioridade que Jesus Cristo deu aos pobres (cf. Lc 7.22-23). As igrejas estão uma vez mais compreendendo que não é possível ser Igreja de Jesus Cristo se elas não tiverem uma resposta de amor e de justiça, ao desafio dos pobres. Isto é um sinal importante. Tornando-se a Igreja dos pobres, as diferenças e as separações que existiram entre as igrejas e os pobres, sobretudo durante os últimos séculos da história do Cristianismo, podem ser vencidas. É o caso por exemplo da Igreja Metodista da Bolívia. A maioria dos seus membros são índios, sinônimo de pobreza, e esta igreja está-se tornando, atualmente representante das aspirações deste povo. Os seus programas e as suas prioridades correspondem às expectativas dos pobres e não às exigências dos ricos e dos poderosos. É também o caso das igrejas nas Filipinas, que se tornaram defensoras dos pobres deste país. Esta é a situação de muitas comunidades cristãs na Coreia do Sul, que estão lutando por um lugar onde os pobres e os oprimidos possam ser verdadeiros seres humanos. Em Amsterdã, as igrejas começaram a participar na luta desencadeada por alguns jovens em favor de habitações decentes para os pobres, manifestando assim o seu interesse pela justiça e pelos seres humanos. Na Hungria, até algumas décadas atrás, considerado "um país de mendigos", as igrejas envolveram-se num processo de transformações sócio-econômicas, tendo como alvo a eliminação da pobreza em todo o país. Em Joanesburgo, onde prevalecem situações terríveis de injustiça sócio-econômica e racial, muitas comunidades cristãs manifestaram-se a favor dos pobres e dos oprimidos. No Brasil, a renovação das igrejas através da difusão de comunidades eclesiais de base, empenhadas na formação de uma "igreja do povo" (especialmente dentro da Igreja Católica Romana, mas também entre outras denominações cristãs) está levando os cristãos a preocuparem-se mais com os pobres e oprimidos do Brasil, e a compartilharem os seus anseios e as suas esperanças. Claro que os sinais de esperança não se limitam aos casos acima apontados. Atualmente existem outros exemplos destes sinais de esperança, nas igrejas, onde está surgindo o arrependimento, a percepção das divisões humanas, dos fracassos, das atitudes exclusivistas, do conformismo com os padrões da sociedade, o que leva ao desejo de: uma comunidade mais ampla, e profunda amizade; uma identificação com os pobres e os oprimidos; buscar uma solução para o problema da fome; encontrar novos estilos de vida e compartilhar o sofrimento dos pobres.

42. É bem claro que estes sinais de esperança estão surgindo em alguns lugares, e apontam para um processo que está crescendo e expandindo-se. São sinais de como os cristãos que tentam ser fiéis a Jesus Cristo estão atravessando as fronteiras que separam os povos, e estão aprendendo de novo a ser a Igreja dos pobres. Estes cristãos vivem pela graça de Deus, e estão prontos a compartilhar aquilo que possuem; e ao partirem o pão à volta da mesa da Sagrada Comunhão, eles estão quebrando, simbolicamente, as cadeias que oprimem os pobres. Estas manifestações de renovação da Igreja constituem um sinal de regozijo e de esperança: elas traduzem um novo estilo de vida no movimento ecumênico, onde a unidade da Igreja está intimamente relacionada com a unidade da humanidade, vencendo o domínio, a opressão e outros elementos que criam as injustas diferenças sociais.

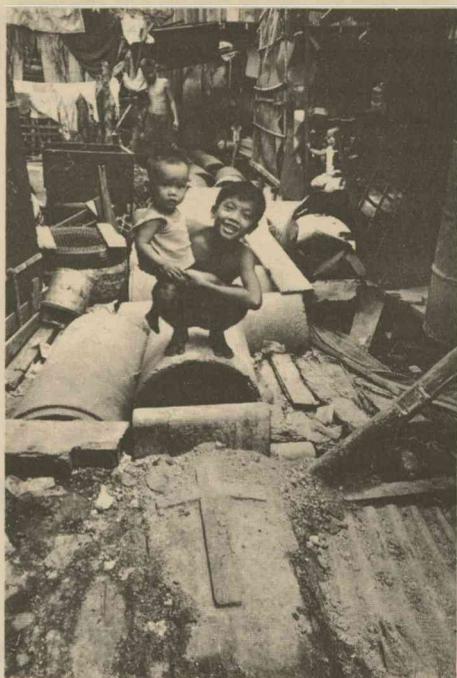
Estas manifestações de renovação da Igreja constituem um sinal de regozijo e de esperança: elas traduzem um novo estilo de vida no movimento ecumênico, onde a unidade da Igreja está intimamente relacionada com a unidade da humanidade, vencendo o domínio, a opressão e outros elementos que criam as injustas diferenças sociais.

FUNDAMENTAÇÃO BÍBLICA PARA RESPONDER AO DESAFIO DOS POBRES

43. Para as pessoas fora das igrejas, a Palavra de Deus torna-se uma mensagem viva e desafiadora, através da participação das comunidades cristãs, na ação bíblicamente fundamentada. Para os que fazem parte das igrejas, a redescoberta da ênfase bíblica dada aos pobres, como sendo os privilegiados pela vontade de Deus, está conduzindo os cristãos a se identificarem com a situação crítica dos pobres, e como enfrentá-la. Por um lado, existe um vasto número de textos bíblicos relacionados com os problemas dos pobres, ou melhor, relacionados com aqueles que vivem na opulência, à custa dos pobres e dos oprimidos. Os cristãos contemporâneos, familiarizados com estes textos, sentem a chamada bíblica, para expressarem a sua solidariedade com os necessitados. Por outro lado, a maior parte dos escritores dos livros da Bíblia, julgam severamente a contradição que existe entre o sofrimento dos pobres e a riqueza material acumulada à custa do sofrimento. É este o caso dos profetas e de muitos escritores do Livro dos Salmos, no Velho Testamento. E no Novo Testamento, este fato torna-se bem evidente nos Evangelhos Sinóticos, nas cartas de São Paulo, na carta de Tiago e nas cartas dirigidas a Timóteo. Para estes escritores tal contradição não é apenas social ou econômica, mas apresenta também uma dimensão teológica (espiritual): a distância que existe entre os ricos e os pobres mostra como a vontade de Deus tem sido rejeitada. Esta contradição nega os propósitos de Deus ao criar a humanidade, está contra o pacto estabelecido com o seu povo e contra este dom de uma nova comunidade para os seres humanos, isto é, a Igreja.



A Bíblia não trata destas situações de um modo abstrato. Os escritores dos diferentes livros da Bíblia não estão tão interessados na pobreza, mas sim nos próprios pobres e na opressão por parte daqueles que têm a possibilidade de aliviar a miséria dos pobres, mas não o querem fazer.



44. A Bíblia não trata destas situações de um modo abstrato. Os escritores dos diferentes livros da Bíblia não estão tão interessados na pobreza, mas sim nos próprios pobres e na opressão por parte daqueles que têm a possibilidade de aliviar a miséria dos pobres, mas não o querem fazer. Para alguns destes escritores bíblicos, essa recusa é incompatível com a vontade de Deus (cf. Lc 16.1-15; 18.18-27; etc.). Deus é justo. A sua justiça manifesta-se através de um amor permanente e imutável, que procura a salvação de todos os seres humanos. Quando muitos deles, como por exemplo os pobres, são impedidos de viverem como verdadeiros seres humanos, é então evidente que uma vez mais o pecado humano está a opor-se ao caminho indicado pela vontade de Deus.

45. Basicamente, a Bíblia encara a situação dos pobres, através de duas linhas principais de atuação. *A primeira é o que se deve chamar de justiça entre os seres humanos.* Os Livros da Lei (ou Torah) mostram uma sociedade na qual as riquezas da terra que Deus criou, seriam igualmente distribuídas por todos, e se alguém acumulasse parte da terra durante um determinado período de tempo, a terra seria de novo distribuída (Lv 25). Embora seja verdade que o Ano do Jubileu, com a sua reforma agrária, nunca foi aplicado, ele mostra todavia, a atuação numa linha de justiça equitativa.

46. Deste modo foram promulgadas leis sobre a redistribuição, e foi dada autoridade ao Rei de Israel para manter o cumprimento dessas leis: "ele julgará ao teu povo com justiça, e aos teus pobres com juízo" (Salmo 72.2). O Ano do Jubileu e os anos sabáticos, com ele relacionados, foram tentativas para vencer a injustiça da pobreza por meios estruturais e institucionais.

47. Quando os mecanismos das forças militares, económicas e políticas de Israel atuavam de um modo crescente para alargar o abismo entre os ricos e os pobres, e quando os reis se recusavam a defender a Lei (Torah), que dava ênfase aos direitos dos pobres, então os profetas denunciavam, abertamente e com firmeza, essa apostasia. Em nome de Deus eles criticavam as autoridades reais e atacavam os opressores (Am 4.1; 5.11-12; Is 3.14-15; Ez 16.49; 18.12-13). Por exemplo, para Isaías, o rei deve proteger os pobres (Is 11.4) como um sinal da justiça messiânica, à qual o próprio rei deveria entregar-se inteiramente.

48. No testemunho do Novo Testamento, Jesus Cristo, o Rei da justiça, veio, e com ele, o seu Reino messiânico. Em Jesus, o Ano do Jubileu torna-se real: "Ele (referindo-se a Deus) me enviou a proclamar a Boa Nova aos pobres" (Lc 4.18), é a primeira declaração pública de Jesus. Esta linha de justiça está claramente desenvolvida no Evangelho de Lucas, onde a salvação dos ricos depende da decisão em seguir Jesus até ao ponto de abandonarem todas as riquezas em benefício dos pobres (Lc 18.18-27; 19.1-10).

49. A segunda linha de atuação, na interpretação bíblica da situação dos pobres, está na solidariedade para com os membros da família de Deus. Por um lado, solidariedade com os pobres dentro da comunidade dos crentes, mas, por outro lado, solidariedade com as viúvas, com os órfãos e com os desfavorecidos, fora da comunidade dos crentes. As relações que existem no seio do povo de Deus devem ser um símbolo da solidariedade de Deus com o ser humano. É por isso que, no livro de Deuteronômio, está escrito que na terra que mana "leite e mel", não haverá, nunca, "nenhum pobre entre vocês" (Dt 15.4). Segundo a mensagem do profeta Ezequiel, o fato de os pobres serem mal-tratados e de não se encontrar ninguém que os defendesse, foi a causa principal do julgamento de Deus sobre o povo de Israel, quando os seus chefes foram exilados (Ez 22.29-31).

50. Na época do Novo Testamento, com o nascimento da Igreja, a solidariedade e a comunhão foram praticadas pela comunidade cristã, tanto a nível espiritual como material (At 2.41-47; 4.32-35). A solidariedade de Jesus Cristo, que, embora rico, se fez pobre, como está escrito: "se fez pobre por causa de vocês, para que vocês se tornem ricos pela sua pobreza" (2 Co 8.9), foi para São Paulo o novo princípio pelo qual a Igreja tinha que viver pela graça divina. É importante notar que esta graça nunca foi espiritualizada, mas tornou-se um fato concreto nas comunidades cristãs da Igreja Primitiva na sua ação em conjunto: "é assim que se faz o equilíbrio" (2 Co 8.14), da igualdade e da justiça.

51. Quando a comunidade quebrou esta solidariedade, Tiago não hesitou em chamar a esta atitude "uma fonte de contenda", uma blasfêmia contra "o bom nome que tinham recebido de Deus" (Tg 2.7).

52. Estas duas linhas bíblicas de atuação fundamentam-se em profundas convicções de fé. No Velho Testamento, Deus é o Deus dos necessitados. Ele coloca-se ao lado daqueles que não têm quem os ajude. O Templo é a casa de Deus, onde os pobres encontram proteção e justiça (Salmo 68). Deus é a sua defesa e o seu salvador (Salmo 34.6). Isto não significa que a Bíblia idealize os pobres; por exemplo, não quer dizer que os pobres são mais piedosos pelo fato de serem pobres. Na sua situação não há cabimento para romantismos. No entanto, porque Deus está do seu lado, eles oferecem um motivo para a manifestação da justiça e do amor de Deus (cf. Jo 5.1-9; 9.1-7). Jesus anunciou o Evangelho da salvação, sendo pobre ele mesmo. A expressão bíblica "foi manso e humilde de coração" (Mt 11.29), é a palavra-chave da Bíblia, para caracterizar os pobres. A pobreza vivida por Jesus (cf. Fp 2.7, 31-36) cria uma nova comunidade, não fundamentada no orgulho e na prosperidade, mas na graça e no amor.



Isto não significa que a Bíblia idealize os pobres; por exemplo, não quer dizer que os pobres são mais piedosos pelo fato de serem pobres. Na sua situação não há cabimento para romantismos. No entanto, porque Deus está do seu lado, eles oferecem um motivo para a manifestação da justiça e do amor de Deus (cf. Jo 5.1-9; 9.1-7).



53. Na Bíblia, a entrada dos pobres no Reino de Deus não constitui nunca um problema. Mas é para os ricos que “é muito difícil entrar no Reino” (Mt 19.23). Contudo aos ricos nunca se lhes fecham as portas por causa da sua riqueza: eles são convidados e desafiados a libertarem-se eles próprios da falsa segurança das suas riquezas e a experimentarem a verdadeira segurança do amor de Deus a qual deve ser manifestada no amor pelo seu próximo (1 Jo 3.10). Assim, os ricos são convidados a entrar no Reino de Deus e a participar da comunidade dos crentes, apenas com a condição de não confiarem nas suas riquezas e nos seus bens, mas só em Jesus e na sua graça. Eles devem também libertar-se do poder da sua riqueza, colocando-a à disposição da justiça e da solidariedade. Que eles aceitem a pobreza e sigam incondicionalmente os passos de Jesus. Assim, a pobreza é atacada como um opróbrio, e ao mesmo tempo as pessoas são convidadas a compartilharem o que possuem e a viverem na graça de Deus, tentando ser peregrinos na senda de Jesus, através da história.

Uma teologia vista a partir dos oprimidos

54. Muitos dirigentes de igrejas, já concretamente identificados com os pobres, estão agora examinando problemas teológicos vistos a partir dos pobres e dos oprimidos. A reflexão teológica que esta abordagem origina está levando muitas comunidades cristãs em todo o mundo, a importantes descobertas e a um novo conhecimento da sua fé e das suas implicações.

55. Uma das descobertas é que a teologia, como qualquer outra atividade eclesial ou grupo cristão, está sempre caminhando sobre o gume de uma faca: o risco e o perigo de ambigüidades são inevitáveis. Segundo Jesus há sempre o perigo de desvio, de sair do caminho correto, de ser-se infiel e de o trair. Este era o perigo que tinham que enfrentar muitas das igrejas a quem foram dirigidas as cartas do Novo Testamento. Este desviar-se ocorre quando as instituições eclesiais e os crentes são apanhados na teia formada pelos poderes e governos deste mundo.

56. No decurso da história, a teologia sofreu freqüentemente este tipo de cativo, pois existiram, e ainda existem, situações onde a reflexão teológica caiu vítima de posições predominantes e de perspectivas criadas pelos centros de poder. Quando tal acontece, a comunidade dos crentes é chamada a libertar a teologia do seu cativeiro. Nos dias de hoje é imperioso que o trabalho teológico seja libertado das perspectivas fornecidas pela riqueza, e dos centros de poder onde se verifica o abuso do poder. Então sim, a teologia pode ser uma expressão de solidariedade com aqueles a quem Deus, em Jesus Cristo, prometeu o seu Reino.

Nos dias de hoje é imperioso que o trabalho teológico seja libertado das perspectivas fornecidas pela riqueza, e dos centros de poder onde se verifica o abuso do poder. Então sim, a teologia pode ser uma expressão de solidariedade com aqueles a quem Deus, em Jesus Cristo, prometeu o seu Reino.

57. Este processo de libertação da teologia deve conhecer bem os contextos sociais, econômicos, políticos e culturais em que as igrejas cristãs se inserem. Deve fazer uma análise clara sobre os mecanismos de opressão que criam a pobreza e a marginalização nesses contextos. A análise da realidade é um importante fator do trabalho teológico, visto que a realidade deste mundo é o cenário da atuação do povo de Deus, mais importante ainda, da atuação do Espírito Santo. Porém, esta análise precisa ser feita segundo a perspectiva dos pobres e dos oprimidos. A sua situação, a sua participação e as suas reivindicações, devem receber uma atenção especial nesta tentativa. E isto só pode ser feito compartilhando os esforços e as lutas dos pobres, e, especialmente, tanto quanto possível, numa perfeita identificação com eles.

58. A teologia deve ser sempre humilde, procurando estar consciente das suas próprias limitações. Assim, é necessário que o trabalho teológico abandone as posições de privilégio nos centros políticos de poder, de modo a enraizar-se na vida dos pobres. Foi o que aconteceu com a comunidade de Jerusalém, de acordo com o testemunho do livro dos Atos dos Apóstolos, dando origem a uma tradição que foi seguida na história cristã primitiva por muitos Padres da Igreja, e depois continuada por muitos outros, tais como Basílio, João Crisóstomo, etc. Quando isto acontece, a teologia torna-se atenta à chamada de Deus, por meio dos pobres: pela resposta dada pela teologia, na sua fidelidade ao Evangelho de Jesus Cristo, à ansiedade, à dor e à esperança dos pobres que são vítimas da tirania e da injustiça, de novo se confirma que a proclamação da Palavra de Deus é realmente "a Boa Nova para os pobres".

59. Assim, a teologia torna-se um instrumento útil em vez de ser um obstáculo na luta dos pobres. A comunidade cristã tenta servir aos pobres por meio do que entende ser a fé, procurando ser fiel à vontade de Deus. De novo, os riscos e os perigos são inevitáveis; as posições ideológicas das diversas partes envolvidas no processo da história não devem ser consideradas, de modo algum, como valores absolutos, usurpando assim o lugar que apenas a Deus pertence. Contudo nos contextos em que as igrejas trabalham, parece claro que a ambição do lucro e do dinheiro, assim como a idolatria da vida materialista, devem ser rejeitadas com veemência. Elas não ajudam a causa dos pobres. A teologia, consciente do sofrimento dos pobres, não mais se pode ligar a estruturas, a instituições poderosas, ou a ideologias, mas está, acima de tudo, interessada na problemática do povo; na sua resposta, a teologia dá prioridade aos mais fracos, aos mais pobres e aos mais oprimidos, seguindo o exemplo de Jesus Cristo.



Assim, a teologia torna-se um instrumento útil em vez de ser um obstáculo na luta dos pobres. A comunidade cristã tenta servir os pobres por meio do que entende ser a fé, procurando ser fiel à vontade de Deus. De novo, os riscos e os perigos são inevitáveis; as posições ideológicas das diversas partes envolvidas no processo da história não devem ser consideradas, de modo algum, como valores absolutos, usurpando assim o lugar que apenas a Deus pertence.



Os teólogos acompanham a Igreja dos pobres, ajudando-a a interpretar as novas situações. O teólogo é como um peregrino que vagueia através de uma história incerta, com o povo de Deus, participando da sua vida, e comprometido na sua dedicação aos pobres.

60. A principal tarefa de um teólogo é descobrir a importância e o valor dos símbolos cristãos no caminho e na luta para a libertação. Estes símbolos, demasiado numerosos para serem mencionados aqui, incluem, o Reino de Deus, a justiça, o amor, a esperança, a diáspora, o serviço, a conversão, e termos negativos correspondentes, que a Bíblia e as tradições importantes da história da Igreja aplicam à existência histórica do homem. Assim, a teologia cumpre, pelo menos, três funções no contexto da luta dos pobres: *primeira, uma função apologética*, das esperanças e dos clamores dos pobres. Este papel surge dentro da comunidade do povo de Deus e luta contra as diferenças sociais e a discriminação. Proclama e pratica a solidariedade com os pobres e os oprimidos. Neste sentido, a teologia é, ao mesmo tempo, um relato e uma chamada à fidelidade. *Segunda, uma função crítica*, para desmascarar os mecanismos da opressão. É uma tarefa profética, cujo fim é questionar os sistemas ideológicos, políticos, sociais e económicos que, indo contra a vontade de Deus, destroem gente inocente. Ao mesmo tempo, tenta trazer à luz a pobreza escondida, permitindo o direito de falar aos que têm sido silenciados; e aos desprotegidos, o direito de darem a conhecer a sua situação. Neste sentido, a teologia identifica e denuncia a natureza pecaminosa da condição humana, emite um apelo ao arrependimento, e proclama um desafio edificante. *Terceira, uma função corretiva*, mostrando onde a libertação está se verificando sem sacralizar nem absolutizar os processos históricos. Este conhecimento liberta as igrejas para a participação, como Igreja dos pobres: a participação é possível como sinal da fidelidade ao imperativo divino; a participação é necessária se quisermos que a esperança se transforme em realidade social. Os teólogos acompanham a Igreja dos pobres, ajudando-a a interpretar as novas situações. O teólogo é como um peregrino que vagueia através de uma história incerta, com o povo de Deus, participando da sua vida, e comprometido na sua dedicação aos pobres.

61. A formulação teológica é assim levada a cabo no interior do círculo hermenêutico, e tem que ver com as pessoas como seres sociais. *Além disso, rejeita parcialidades e sublinha a convergência e a relação intrínseca entre a fé e a fidelidade, entre a retidão e a justiça, entre a salvação e a libertação.* A comunidade cristã passa a ser o lugar apropriado onde as lutas históricas se relacionam com as expectativas escatológicas. Anuncia a união inseparável entre a teologia e a ética, acentua o fato de que há apenas uma história, e nega uma história da salvação à parte e sem qualquer relação com o contexto social em que as pessoas vivem. Jesus Cristo é o Senhor de toda a vida; através dele todas as coisas serão feitas novas.

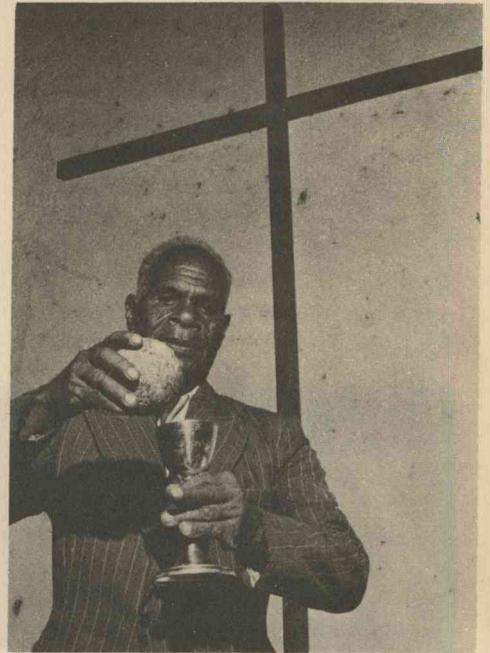
62. A teologia afirma a sua solidariedade para com os oprimidos, assume o fardo deles como sendo o seu próprio, e marca a sua posição dentro do testemunho cristão. E dá ainda o seu apoio à proclamação da Boa Nova aos pobres. Isto não significa no entanto que ela se torne maniqueísta. O mundo não está dividido em forças do bem e forças do mal, separadas umas das outras. Os pobres não se fazem bons através da exploração. Porém, os ricos exploradores não podem ser bons, a não ser que deixem de ser opressores.

63. As instituições sócio-econômicas e políticas recorrem a mecanismos de defesa. Dizem que não prejudicam os pobres e tentam justificar a sua existência chamando a atenção para o desenvolvimento econômico e o aumento do produto bruto nacional. Tais instituições tentam sintonizar a sua imagem com as aspirações dos povos, mas, no fundo, exploram a sua fraqueza e temores. As igrejas, quando elas estão do lado dos pobres, devem tentar perceber o verdadeiro papel social das instituições dominadoras e analisar quais as consequências que daí resultam para os pobres. A Igreja dos pobres, baseada numa compreensão teológica própria e coerente, será atacada, assim como os pobres também o são. É possível que uma vez por outra a igreja erre, mas deve sempre tentar ser fiel. Ela deve ser julgada em pé de igualdade com qualquer organização humana sujeita a falhas. Não se lhe deve aplicar qualquer padrão especial.

64. Estar do lado dos pobres não quer dizer que as doutrinas teológicas, anteriormente existentes, tenham que ser postas de lado. Pelo contrário, muitas serão talvez corroboradas. Muitas outras serão re-interpretadas. Porém, todas deverão ser colocadas numa nova perspectiva teológica. Isto é, a opção pelos pobres, na investigação teológica, deve ajudar a teologia a reformular as suas próprias definições. A teologia feita no contexto da luta de libertação e justiça dos pobres amplia a sua aplicação, promove sua intenção de corrigir-se a si mesma e oferece à reflexão teológica um espectro maior de símbolos cristãos, tradicionais.

Consequências eclesiais

65. Estamos gratos a Deus por estarem as igrejas expressando de muitas maneiras a sua solidariedade com os pobres. E nós encorajamo-las a reforçarem a sua decisão em seguir este caminho. Isto prova que as igrejas estão arrependidas da maneira como muitas vezes se comportaram com os pobres. Como igrejas, reconhecemos a necessidade de ser humildes, devendo corrigir os erros históricos e também os erros contemporâneos para não perdermos a fidelidade a Deus e ao seu amor.



Como igrejas, reconhecemos a necessidade de ser humildes, devendo corrigir os erros históricos e também os erros contemporâneos para não perdermos a fidelidade a Deus e ao seu amor.



A Bíblia é um livro de esperança, de preocupação e de solidariedade, com os pobres. A leitura da Bíblia, segundo a perspectiva dos pobres, deve ser encorajada. Muitas comunidades cristãs, renovadas pelo Espírito Santo, pelo fato de terem aceito o desafio apresentado pelos pobres, apontam a Bíblia como o elemento fundamental para o seu despertar.

66. As igrejas não podem apenas pensar que são chamadas a serem um instrumento privilegiado do Espírito Santo de Deus no seu trabalho de salvação. Elas são também chamadas a darem testemunho da ação libertadora e redentora do Espírito Santo, neste mundo. Tal atitude pode ser manifestada através da solidariedade com os pobres e com os oprimidos.

67. As igrejas também são chamadas a estarem conscientes das suas próprias limitações. Isto pode significar uma nova disposição para criar oportunidades para a conscientização, desafio e conversão dos ricos. Ao mesmo tempo, as igrejas são também chamadas a testemunharem o poder libertador do Evangelho, através de um compromisso na luta contra os mecanismos e estruturas injustas, opressoras e desumanas que vitimam os pobres. Isto é, as igrejas devem considerar a sua participação nos esforços e na luta dos pobres. É principalmente através destas lutas que tem lugar o desenvolvimento do povo; que a justiça social e a liberdade para os oprimidos têm o seu lugar na história. As igrejas são chamadas, não para estarem separadas dos movimentos onde o Espírito Santo atua.

68. A proclamação do Evangelho aos pobres é um sinal da nova era iniciada por Jesus Cristo. Como se encontra exarado nas Escrituras, a situação dos pobres, e o que o Espírito Santo pode fazer entre eles, é uma oportunidade maravilhosa para a manifestação do amor e do poder de Deus. Isto implica que a evangelização dos pobres, com eles, para eles e por eles, deve ser considerada como uma das principais prioridades das igrejas.

69. A liturgia, os hinos, a música, as festividades da Igreja, podem ajudar a expressar as esperanças e os temores, as expectativas e os problemas daqueles que padecem necessidades e que esperam pela manifestação da justiça de Deus.

70. A Bíblia é um livro de esperança, de preocupação e de solidariedade com os pobres. A leitura da Bíblia, segundo a perspectiva dos pobres, deve ser encorajada. Muitas comunidades cristãs, renovadas pelo Espírito Santo, pelo fato de terem aceito o desafio apresentado pelos pobres, apontam a Bíblia como o elemento fundamental para o seu despertar. Embora surjam problemas de interpretação quando as escrituras são lidas segundo a perspectiva dos necessitados e dos oprimidos, contudo é somente quando se lê assim, que a Bíblia se torna Palavra libertadora de Deus para aqueles que vivem nos setores mais baixos da sociedade humana.

71. Os organismos das instituições eclesiásticas responsáveis pela tomada de decisões, devem criar possibilidades adequadas para os pobres poderem participar em toda a vida da comunidade cristã. Deste modo as igrejas evitarão mostrar uma imagem que venha a refletir, muitas vezes, as estruturas injustas que existem na sociedade de que fazem parte. E isto também se aplica aos organismos ecumênicos.

IV. O CAMINHO A SEGUIR: PROPOSTAS PARA AÇÃO

O apelo para a Igreja se tornar uma Igreja dos pobres é também apelo para ser mais fiel a Jesus Cristo. O desafio é grande, mas a graça de Deus é maior. A oportunidade para participarem no trabalho do Reino de Deus, e por cuja vinda estamos orando, com todos aqueles que querem ser seus herdeiros, é algo pelo qual estamos imensamente reconhecidos a Deus. Atualmente existem já comunidades cristãs respondendo a este apelo. E é com base nas suas experiências que são formuladas as seguintes propostas:

1. Compromisso

Se a Igreja nasceu do Espírito Santo e no meio dos pobres, ela deve avaliar cada aspecto da sua vida, segundo a perspectiva dos pobres. A solidariedade será real, apenas quando a Igreja estiver aonde eles estão. A solidariedade será contínua apenas quando se mantiver em contato direto com os pobres, e com a opressão que sofrem. A Igreja pode converter-se em uma ferramenta dos pobres, à medida em que o Senhor trabalhe por meio dela. As igrejas cujos membros são provenientes das classes pobres, estão na vanguarda dos esforços da Igreja, e encontram no estudo da Bíblia e da ação-reflexão, uma orientação segura nas lutas pela justiça. As igrejas cujos membros não são propriamente pobres, podem expressar a sua solidariedade com eles através de uma participação nas suas lutas, quer direta quer indiretamente, dando assim "voz aos que não têm tido o direito de falar". Contudo, nesta situação, as igrejas devem cuidadosamente, comprometer-se com os pobres e com os seus pontos de vista, e antes de tomar qualquer decisão, devem fazer a seguinte pergunta, como quem usa um fio de prumo: "Expressará a nossa atuação, verdadeira solidariedade com os pobres?". Deste modo a vida das igrejas será um fiel testemunho do Evangelho de Jesus Cristo.

Propomos que as igrejas se comprometam com os pobres, participando, principalmente por métodos diretos, das suas lutas e julgando cada decisão tomada, sob o critério de que isso ajudará ou não aos pobres a satisfazerem as suas esperanças e anseios por uma maior justiça.

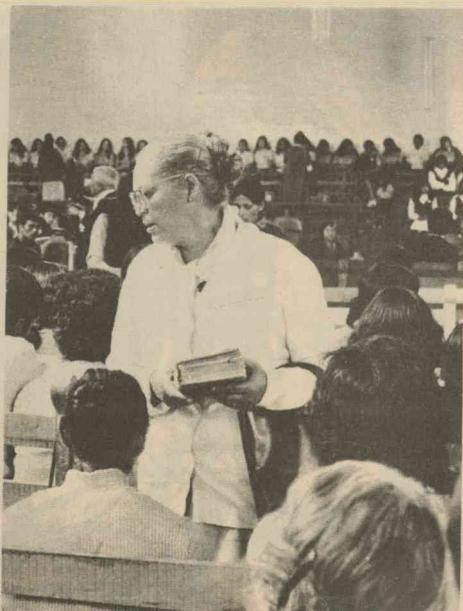
2. Bíblia

As igrejas solidárias com os pobres testemunham a importância da redescoberta da Bíblia e a sua importância na vida diária. Na sua luta pela justiça, os pobres estão lendo a Bíblia e descobrindo que ela se torna viva em novos aspectos, como o da libertação, cujo testemunho é visto como uma libertação em ação. Vencendo a dicotomia, que existe entre as interpretações espirituais e históricas, que questiona as comunidades cristãs formadas por pessoas privilegiadas, os po-



As igrejas devem cuidadosamente, comprometer-se com os pobres e com os seus pontos de vista, e antes de tomar qualquer decisão, devem fazer a seguinte pergunta, como quem usa um fio de prumo: "Expressará a nossa atuação, verdadeira solidariedade com os pobres?". Deste modo a vida das Igrejas será um fiel testemunho do Evangelho de Jesus Cristo.

Na sua luta pela justiça, os pobres estão lendo a Bíblia e descobrindo que ela se torna viva em novos aspectos, como o da libertação, cujo testemunho é visto como uma libertação em ação.



Os valores populares e a religiosidade popular, ainda que por vezes indiquem a alienação dos pobres, exprimem a sua resistência aos opressores.

bres rapidamente se apercebem da relevância da Bíblia para as suas vidas. Quando debatem os problemas concretos das suas comunidades, quando lutam contra os diferentes tipos de opressão, estão pondo em prática o estudo da Bíblia. Nos diferentes meios de libertação, que aparecem na Bíblia, eles encontram a orientação que os ajuda a achar a sua própria resposta. A Bíblia ajuda-os a compreender a sua luta e a prepararem-se para ela. Os pobres estão desenvolvendo uma didática de luta que leva à descoberta de novas interpretações das Escrituras. Alguém disse, generalizando, que as igrejas ocidentais deram ênfase a uma interpretação racional das Escrituras; as igrejas orientais, a uma interpretação mística; e o terceiro mundo e os pobres, a uma interpretação militante e ativa. Inteligência, espírito e vontade — todos três — são parte do que é na verdade o ser humano. A vitalidade nova do estudo da Bíblia entre os pobres, dá um novo sentido ao significado, e oferece às Igrejas dos pobres e àqueles que estão do seu lado, extraordinárias possibilidades de estudo Bíblico em ação.

Propomos que as igrejas desenvolvam e mantenham um estudo da Bíblia, baseado na ação-reflexão, entre aqueles que participam das lutas dos pobres.

3. Teologia

Para uma Igreja que já fez a sua opção, de ser uma Igreja solidária com os pobres, alguns fortes conceitos teológicos que foram elaborados com base em outros compromissos e experiências, atuam como obstáculos para uma nova tomada de consciência. Os valores populares e a religiosidade popular, ainda que por vezes indiquem a alienação dos pobres, exprimem a sua resistência aos opressores. Por conseguinte, os conceitos teológicos e os meios para a compreensão da fé devem ser reformulados à luz da prática libertadora dos pobres. Este critério avalia as distorções das estruturas do pensamento e proporciona uma orientação clara para a construção de uma nova estrutura. A tarefa não é fácil; algumas das principais estruturas teológicas possuem uma auréola de certeza que é preciso rejeitar totalmente. O compromisso de ser uma Igreja solidária com os pobres, pode proporcionar uma motivação e uma força para arar o terreno velho, e plantar de novo. Sem este novo compromisso, a credibilidade dos organismos eclesiais está em jogo. A Igreja deve fazer esforços sérios, para fundamentar o seu trabalho teológico numa nova dimensão e na perspectiva dos pobres; e todos os esforços já realizados nesse sentido devem continuar a ser encorajados.

Propomos que as igrejas façam uma pesquisa junto a grupos de pobres, de cujas lutas possam surgir novos conhecimentos teológicos, e forneçam elementos de análise, bíblica e teológica, para uma participação nessas lutas. Também propomos que o Conselho Mundial de Igrejas e as igrejas suas associadas, ajudem os programas que possam contribuir para o desenvolvimento de um pensamento teológico baseado na prática dos pobres, por justiça e libertação.

4. Solidariedade — Fortalecimento dos Fracos

A fidelidade à Palavra de Deus no mundo, significa estar ao lado dos pobres nas suas lutas pela justiça. Os alvos e os fins da participação na luta dos pobres têm de ser definidos de acordo com cada situação. Falando em termos gerais, isto significa a procura de libertação e o que significa ser verdadeiramente humano. A Bíblia aponta para Jesus como perfeita expressão da humanidade. Infelizmente, muitas vezes, as estruturas e os sistemas da sociedade, como claras manifestações do pecado, impedem o desenvolvimento humano à semelhança da estatura de Jesus Cristo. E os pobres têm sido joguetes de muitas estruturas. Nestas situações o desafio exige uma mudança radical da sociedade. Contudo, isto não consiste em dar aos pobres uma ideologia já pronta para ser usada.

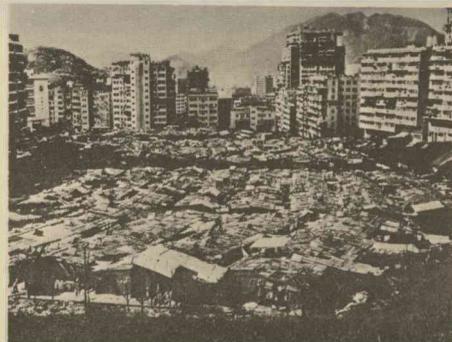
A finalidade do trabalho de libertação consiste em ajudar os povos a tornarem-se conscientes e fortes, de modo que sejam eles a sua fonte de inspiração para criarem o tipo de sociedade na qual eles querem viver. Este processo de fortalecimento dos fracos, para que sejam eles próprios os sujeitos da transformação da sociedade, ocorre, especialmente, quando eles são apoiados a organizarem-se para enfrentar o poder local imediato. Tais conflitos e confrontos em um plano menor, ajudam o povo a conscientizar-se e organizar-se para tratar problemas maiores em uma escala mais elevada.

Propomos que as igrejas façam realçar o poder dos pobres proporcionando-lhes meios de comunicação em todo o mundo, re-orientando as energias das missões para uma praxis libertadora com os pobres, e usando esta participação para aprender com os próprios pobres.

5. Participação como base para reflexão

Este conhecimento não surge de um frio raciocínio, alheio à ação, mas provém da própria luta. No entanto é preciso fazer uma análise cuidadosa para que tal conhecimento possa vencer a opressão e assim libertar o povo. Um dos aspectos fundamentais para um conhecimento ativo é a reflexão dentro de cujo contexto decorre a ação. A análise da estratégia e das táticas a adotar, deve ser feita cuidadosamente, prevendo a resistência e por conseqüência a necessidade de encontrar outras soluções e alternativas. Este processo de conhecimento pode ser entendido como a colaboração, testada pela ação, à análise das realidades que os pobres enfrentam na sua praxis libertadora. O viver na miséria sob a poderosa influência das forças dominadoras da sociedade moderna, esconde das pessoas as realidades dos seus contextos. Os métodos tradicionais do ensino nas escolas não proporcionam um compromisso ativo juntamente com uma análise correspondente que permita vencer a ignorância da situação. Para evitar, tanto um maior ativismo como uma análise inconsciente, devem encontrar-se novos métodos para forjar uma análise prática a partir da luta, e para poder ser usada numa constante praxis em direção à justiça, participação e libertação.

A Bíblia aponta para Jesus como perfeita expressão da humanidade. Infelizmente, muitas vezes, as estruturas e os sistemas da sociedade, como claras manifestações do pecado, impedem o desenvolvimento humano à semelhança da estatura de Jesus Cristo. E os pobres têm sido joguetes de muitas estruturas. Nestas situações o desafio exige uma mudança radical da sociedade. Contudo, isto não consiste em dar aos pobres uma ideologia já pronta para ser usada.



Os métodos tradicionais do ensino nas escolas não proporcionam um compromisso ativo juntamente com uma análise correspondente que permita vencer a ignorância da situação. Para evitar, tanto um maior ativismo como uma análise inconsciente, devem encontrar-se novos métodos para forjar uma análise prática a partir da luta, e para poder ser usada numa constante praxis em direção à justiça, participação e libertação.

Propomos que as igrejas ponham à disposição os seus recursos, incluindo organizadores de comunidades e educadores sociais, num esforço de encontrar métodos para estudar as estruturas e o contexto em que se desenvolvem as lutas de libertação; que esta disponibilidade seja um verdadeiro compromisso com os pobres, e que os métodos assim aprendidos sejam usados na formação de elementos de pesquisa para a construção de uma sociedade justa, participante e não dependente.



Nas situações de opressão, os pobres são sujeitos à agressão cometida contra eles diariamente. As igrejas devem decidir qual será a sua posição em relação a essa violência institucionalizada. De novo se torna necessário usar o critério da identificação com os pobres, para que se mantenha corretamente definida a orientação a seguir dentro do conflito.

6. A luta em situações de conflito

“A luta é o melhor mestre”, disse um organizador de comunidade num bairro miserável de Buenos Aires. Bem no fundo do movimento de libertação acha-se uma inevitável contradição com as forças opressoras que dominam as vidas dos pobres. No processo de libertação, a luta deve ser aceita e compreendida como sendo necessária. A luta serve como um meio de libertação, e pode ser preparada e usada na estratégia da praxis libertadora. Quando os pobres e os oprimidos se levantam e lutam pela sua libertação, contra as forças que os oprimem, esta sua atitude irá humanizá-los e fortalecê-los. Os organismos eclesiais instituídos têm estado historicamente condicionados para evitarem a luta, esperando que a Igreja não perturbe a calma da rotina quotidiana. Este fato condicionante deve ser vencido quando estão em jogo causas fundamentais. Já que em muitos casos o conflito é inevitável, deve antecipar-se à violência que existe potencialmente nas reações dos poderosos. Mas não há dúvida que perante as forças opressoras dentro das estruturas da sociedade, ou perante os padrões estabelecidos de atitude e de comportamento, é preciso encarar por vezes uma reação violenta após as mudanças. Nas situações de opressão, os pobres são sujeitos à agressão cometida contra eles diariamente. As igrejas devem decidir qual será a sua posição em relação a essa violência institucionalizada. De novo se torna necessário usar o critério da identificação com os pobres, para que se mantenha corretamente definida a orientação a seguir dentro do conflito. A Igreja precisa trabalhar com toda a honestidade para defender a posição dos pobres e manifestar abertamente a praxis da sua participação no confronto com as forças do mal, sem contudo abandonar uma sensibilidade pastoral e apoio comunitário que prepare as pessoas para a transformação da sociedade.

Propomos que as igrejas procurem uma colaboração ativa com os movimentos que estão envolvidos nas lutas e nas situações de conflito, e que, através da sua participação, elas possam trabalhar para criar novas formas de libertação.

7. Educação

A educação do povo de Deus deve estar de acordo com o novo compromisso de ser uma Igreja solidária com os pobres. As práticas pedagógicas que reforçam o valor dos sistemas privilegiados, que racionalizam os padrões de comportamento das classes dominantes e que promovem apenas um pietismo individualista e outras coisas semelhantes, devem ser radicalmente contestadas e transformadas em práticas pedagógicas que encorajem a comunidade e a solidariedade. A educação cristã popular, para a libertação, deve criar consciência das forças que atuam num determinado contexto, e conduzir a ação, a favor ou contra elas. Isto é educação popular. Começa com a própria experiência do povo no lugar onde se encontram, e constrói níveis sucessivos de conscientização à medida em que lutam contra as forças opressoras. Esta tomada de posição quanto à educação na Igreja, que impõe e reforça o elitismo, o comportamento passivo, e os conceitos próprios negativos daqueles que estão sendo educados. Desembaraçar-se de conceitos opressores significa também desembaraçar-se das estruturas educacionais que educam para a dependência.

Propomos que as igrejas desenvolvam novas experiências radicais segundo os modelos de aprendizagem sobre ação-reflexão.

8. Formação de Agentes de Transformação

A preparação de agentes para o trabalho de uma Igreja solidária com os pobres, também envolve mudanças radicais nos padrões herdados, na preparação dos dirigentes da Igreja, quer a nível do clero, quer dos leigos. Apenas aqueles que se comprometeram em participar na luta dos pobres e que demonstraram uma adequada compreensão dessa luta, devem ser chamados a trabalhar como agentes, e a sua escolha deve envolver uma participação direta da comunidade.

A sua prontidão em servir pode ser levada a maior identificação com o povo, descobrindo deste modo, em maior medida, a sua própria identidade. Em primeiro lugar, eles devem aprender juntamente com o povo, na praxis da libertação, compartilhando a sua insegurança e os perigos, aprendendo a não dar demasiada importância a si mesmos. Em segundo lugar, devem estar preparados para saberem retirar-se quando a força popular for de tal modo, que já não seja necessário o seu apoio. A sua formação deve incluir uma preparação para poder compreender o marco ideológico das sociedades. A educação teológica e a formação dos leigos devem proporcionar uma participação ativa nas lutas pela libertação, com um ensino conseqüente, atual e mais profundo, dentro das dimensões contextuais, ideológicas e teológicas da praxis libertadora dos pobres.

Propomos que as igrejas mudem os seus programas de educação, tanto para os leigos, como para o seu clero, para buscarem radicalmente métodos novos de compromisso e para desenvolverem padrões de educação que levem à construção de uma sociedade justa, participante e não dependente.



A educação teológica e a formação dos leigos devem proporcionar uma participação ativa nas lutas pela libertação, com um ensino conseqüente, atual e mais profundo, dentro das dimensões contextuais, ideológicas e teológicas da praxis libertadora dos pobres.



9. Assistência na busca da justiça

Os movimentos de libertação dos pobres, precisam de estruturas de apoio e elos de ligação entre si. Confrontada com forças globais da opressão, a luta pela libertação começa com a luta local dos pobres contra as específicas forças opressoras. Esta luta necessita de apoio e proteção coletiva às organizações dos pobres. As Igrejas têm um papel importante a desempenhar, pois elas têm um acesso direto aos pobres, através das comunidades e outros organismos relacionados, que podem ajudar, dando o seu apoio. Em alguns países e em certos momentos históricos, as igrejas são praticamente as únicas instituições que podem dar esse apoio. Por vezes, essas estruturas de apoio têm que providenciar meios de subsistência para protegerem os agentes da libertação, contra as pressões econômicas. Algumas vezes precisam fornecer meios de comunicação para a mobilização de forças contra aqueles que os oprimem. Noutros, ainda, precisam despertar os grupos locais que lutam pela justiça e pela libertação para poderem considerar a situação a nível geral e unirem-se a outros movimentos. A organização dos pobres, fora da situação local da luta, corre o risco de se tornar burocrática e isolada das comunidades de base. Mas devem fazer-se tentativas, e a Igreja, com sua extensa rede de pessoas, grupos e recursos, pode desempenhar um papel muito importante a esse nível, pela luta da libertação.

Propomos que as igrejas ativem seus próprios canais de apoio à luta dos pobres; analisem seu potencial para transformação para transformação, e desenvolvam meios para fortalecer as estruturas de coordenação, de modo a sustentar a luta contra a pobreza e contra a opressão.

10. A Organização Eclesiástica

Uma Igreja, que quer ser solidária com os pobres, precisa desbaratar-se do estorvo e do peso das estruturas rígidas que só prejudicam os pobres. Quando as igrejas reavaliarem as suas estruturas sob a perspectiva dos pobres, descobrirão que grande parte da sua herança institucional é prejudicial na luta contra a opressão e pode até reforçar as estruturas opressoras. Por isso, as igrejas devem proporcionar um organismo simples e articulado para a luta. Elas podem oferecer espaço ao povo para resistir e para organizar as suas lutas, e proporcionar ao mesmo tempo um abrigo para os feridos. Suas funções pastorais e proféticas ajudam a unir o povo numa praxis liberadora, podendo indicar às vezes, que a sua estrutura administrativa é exagerada. A flexibilidade deve ser um dos principais objetivos para a mobilização dos recursos das igrejas para a luta; e uma incorreta e exagerada estruturação só vem limitar essa flexibilidade. As instituições eclesásticas precisam reestruturar a sua organização interna de modo a avaliarem com clareza quais as estruturas necessárias para um novo compromisso a fim de se tornarem uma Igreja solidária com os pobres.

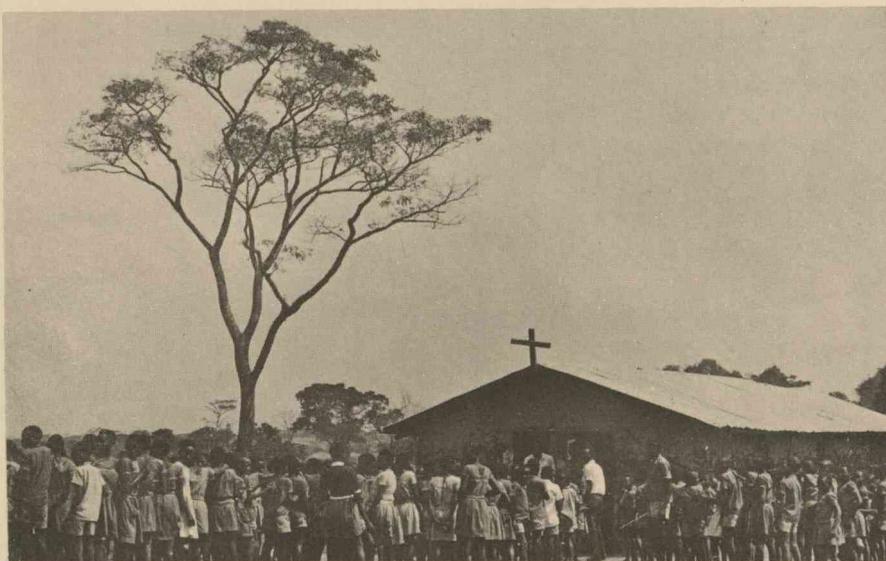
Quando as igrejas reavaliarem as suas estruturas sob a perspectiva dos pobres, descobrirão que grande parte da sua herança institucional é prejudicial na luta contra a opressão e pode até reforçar as estruturas opressoras.

Propomos que as igrejas reconsiderem as suas estruturas internas, de modo a permitirem o aproveitamento máximo dos seus recursos para as lutas por uma sociedade justa, participante e não dependente.

11. Através da história do Cristianismo, as igrejas têm exortado com freqüência a todos os cristãos, segundo o seu modo de vida e segundo a direção do Espírito Santo, a viverem numa pobreza voluntária — à semelhança do Cristo pobre, como meio de crescimento espiritual e também como um sinal de solidariedade com aqueles a quem o pecado dos outros conduziu à situação de miséria não natural e desumana da pobreza involuntária. Tal atitude voluntária de assumir a pobreza evangélica desperta a consciência das pessoas para o verdadeiro significado da pobreza, e, assim, motiva e fortalece os cristãos sinceros a identificarem-se com os pobres e a lutarem com eles numa solidariedade sincera. Isto faz com que a Igreja seja mais visivelmente uma Igreja dos pobres. Também nos nossos dias, muitos cristãos, de diferentes igrejas, adotaram uma atitude de pobreza voluntária, assumindo o que se passou a chamar um novo estilo de vida, eliminando as coisas supérfluas, reduzindo as despesas e simplificando o seu modo de viver. Talvez que este movimento tenha nascido principalmente da preocupação pelo meio ambiente ou por outras preocupações, mas pode tornar-se um poderoso meio para expressar a solidariedade da Igreja com os pobres.

Propomos que as Igrejas e o CMI procurem investigar os meios pelos quais estes movimentos, por uma pobreza voluntária e por novos estilos de vida, podem estar melhor relacionados com a luta dos pobres e reforçar a participação dos cristãos nessa luta, para expressar a solidariedade da Igreja com eles.

Também nos nossos dias, muitos cristãos, de diferentes igrejas, adotaram uma atitude de pobreza voluntária, assumindo o que se passou a chamar um novo estilo de vida, eliminando as coisas supérfluas, reduzindo as despesas e simplificando o seu modo de viver.



Tempo e Presença Editora Ltda.

Caixa Postal 16082

22221 Rio de Janeiro RJ

Registro de acordo com a lei de Imprensa

Diretor: Domicio Pereira de Matos

Coordenador: Paulo Cezar Lourenço Botas

Planejamento Visual: Claudius Ceccon

Arte: Anita Slade

Equipe Redatorial:

Carlos Cunha,

José Ricardo Pereira Ramalho

Conselho Editorial:

Carlos Alberto Ricardo

Leticia Contrim

Zwinglio Mota Dias

José Ricardo Pereira Ramalho

Carlos Rodrigues Brandão

Jether Pereira Ramalho

Eliseu Lopes

Henrique Pereira Júnior

Carlos Mesters

Beatriz Araújo

Ilustrações

CIIR-CAFOD, Claudius Ceccon, IDAC, Isto É,

John Taylor, Peter Solbjergohj, Photo CAVE

(México), Photo United Methodist Board of

Global Ministries. Photo UPI, Pomeyrol, R.

Davis, Salgado Junior, WCC. Charles Harper e

Veja

Composição, Fitolito e Impressão

Europa Empresa Gráfica e Editora Ltda.

Rua do Riachuelo, 109 – Centro

**ÚLTIMAS PUBLICAÇÕES DO CONSELHO MUNDIAL DAS
IGREJAS SOBRE "UMA IGREJA SOLIDÁRIA COM OS POBRES"**

A Igreja e o desafio dos pobres

Julio de Santa Ana, Ed.conjunta de Tempo e Presença e Ed.Vozes.
Junho de 1980.

Separação sem esperanças

Diversos autores. Editado em castelhano por Tierra Nueva Editora.
Pedidos diretamente ao CEDI.

Por uma Igreja solidária com os pobres

editado por Julio de Santa Ana, brevemente em português.

Publicações do
**CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO CEDI**

Tempo e PRESENÇA

Resenha mensal dos principais acontecimentos ecumênicos da pastoral popular, acrescida de um documento e um estudo bíblico sobre assuntos concernentes à Igreja Popular.

TEMPO e Presença

Trimestralmente uma série de estudos sobre temas significativos das e nas Igrejas. Uma revista teológico-pastoral para os que estão juntos com o povo de Deus.

CADERNOS DO CEDI

Subsídios não periódicos sobre temas de pastoral, educação popular, depoimentos e experiências no meio popular.

ACONTECEU

Sinopse semanal dos principais acontecimentos sócio-políticos que envolvem a pastoral popular das Igrejas.



Tempo e Presença Editora Ltda
Centro Ecumênico de Documentação
e Informação CEDI
Rua Cosme Velho, 98 - fundos
22241 Rio de Janeiro
Abril de 1980

